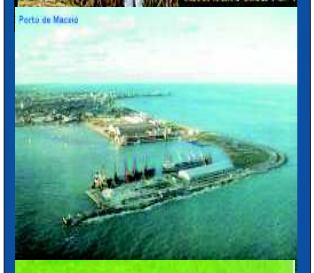
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO
COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO
CONTAS REGIONAIS

PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL

2007

GOVERNO DE ALAGOAS
Quem sabe tem que ensinar.
Quem tem deve compartilhar.



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO
COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO
CONTAS REGIONAIS

PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL 2007

MACEIÓ
2007

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador - Teotonio Brandão Vilela Filho

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO–SEPLAN

Secretário - Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira
Secretária Adjunta - Vania Maria Cavalcante Veloso
Diretor de Administração – José Carlos Medeiros Silva

COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO–CGPLAN

Coordenador - José Cândido do Nascimento

EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO

Christiane Louise Lima Silva - Economista
Ilmo Wanderley Gallindo – Estatístico/Coordenador
Gilvandro Freitas – Economista
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery - Estudos Sociais
Roberson Leite Silva Júnior – Economista
Lonardo Marques Cavalcante
Maria do Socorro Santos Feitosa
Maria Teônia Melo Amorim Castelo Branco de Araújo
Margarida Maria Messias da Silva
Flávio Mesquita de Cerqueira
Jacinto Vieira Leite
Liege Cardoso de Melo Verçosa
Carlos Jorge Thiago de Araújo Filho - Estagiário
Paula Menezes Vaz de Carvalho - Estagiária

A273p. Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento. Coordenadoria Geral de Planejamento.
Produto Interno Bruto Municipal 2007/ Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento.
Maceió: SEPLAN; CGPLAN, 2007
P.53
1. Situação Econômica Alagoas. 2. Economia Alagoas. I. Título.
CDU 338.1(813.5)

ELABORAÇÃO E PUBLICIDADE CGPLAN/CONTAS REGIONAIS

Endereço: Rua Cincinato Pinto, 503, sala 20, 1º andar, Centro - CEP 57.020-050 - Maceió–Alagoas

Telefone: 0xx (82)3315-1525, 1520, 1501 - FAX 0xx (82) 3315-1536
E-mail: ilmo@itec.al.gov.br, louise@seplan.al.gov.br

DIVULGAÇÃO

Biblioteca Prof. Luiz Sávio de Almeida
http://www.seplan.al.gov.br

Todos os direitos reservados à SEPLAN, reprodução permitida desde que citada a fonte

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 04

INTRODUÇÃO 05

METODOLOGIA 06

ANÁLISE DOS RESULTADOS 19

ANÁLISE SETORIAL 28

IMPOSTOS 42

TABELAS DE RESULTADOS 44

TABELA I - Valor Adicionado dos municípios alagoanos, por setor de atividade econômica - 2000-2003 45

TABELA II - Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita* do Estado de Alagoas e Municípios - 2001-2004 47

TABELA III - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da administração pública e participações percentuais relativa e acumulada, segundo municípios e Unidades da Federação - 2004. 49

TABELA IV - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto e participações percentuais relativa e acumulada na Região Nordeste, segundo municípios e Unidades da Federação - 2004. 50

TABELA V - Produto Interno bruto a preços correntes, posição segundo Região Nordeste e Capitais do Brasil – 2004 51

GLOSSÁRIO 52

FONTE DOS DADOS 54

Convenções

-	- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	- Não se aplica dado numérico;
...	- Dado numérico não disponível;
x	- Dado numérico omitido a .m de evitar a individualização da informação;
0,0; 0,00	- Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	- Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

INTRODUÇÃO

A mensuração do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios é resultado do trabalho de pesquisa realizado pelos organismos estaduais, com a coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no sentido de calcular a produção total dos bens e serviços finais gerados pelos produtores residentes em uma dada economia, anualmente, nos municípios de todo o território nacional.

É importante salientar que o PIB é medido sob a ótica da produção, permitindo desta forma, visualizar os grandes setores da economia (agropecuária, indústria e serviços).

Nos anos de 2001 a 2004, o PIB revela a grande concentração da geração interna da renda e a difusão espacial da produção dessa riqueza em nosso país e especialmente em Alagoas.

No Estado de Alagoas, esse estudo revelou que o município de Maceió concentra 58,40% do PIB e 29,67% da população estadual. Fica evidente, de forma significativa, a alta concentração da geração interna da renda, com a conseqüente correlação direta nos aspectos econômicos e sociais entre o município e o Estado.

A média de crescimento do PIB de Alagoas está intrínseca a política de controle da inflação, adotado pelo Governo Federal, através da política de juros altos e do aperto monetário e fiscal.

Essas medidas ocasionaram a retração no consumo e a redução dos recursos financeiros para investimentos pelos setores público e privado, repercutindo, assim, em impactos negativos no desempenho das economias de alguns municípios alagoanos por apresentarem no seu perfil econômico uma dependência direta de políticas de desenvolvimento advindas dos governos Federal e estadual.

Apesar disso, houve municípios que apresentaram diversificação em suas bases de produção e obtiveram melhores classificações na participação relativa no PIB estadual. Neste sentido, destaca-se à expressiva participação do setor de serviços, correspondente às atividades do Comércio, Administração Pública, Transporte e Comunicação.

Outrossim, as atividades econômicas ligadas a Indústria (Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade pública), assim como, a Agropecuária contribuíram de forma relevante na formação do PIB dos municípios alagoanos.

METODOLOGIA

A metodologia de cálculo do PIB dos Municípios baseia-se na distribuição pelos municípios do valor adicionado das atividades econômicas das Contas Regionais do Brasil, construídas pelos Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, sob a orientação da Coordenação de Contas Nacionais, do IBGE.

A partir desse procedimento, estima-se o valor adicionado – VA das atividades econômicas – Agropecuária, Indústria e Serviços – o *dummy* financeiro, os impostos e o PIB, medido a preço corrente por município.

A metodologia de cálculo do PIB dos Municípios, desenvolvida também em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e SUFRAMA, identifica as variáveis e fontes de informação que permitem distribuir o VA estadual (valor adicionado da unidade da federação) das 15 atividades econômicas pelos respectivos municípios do estado.

De acordo com a metodologia do projeto das Contas Regionais do Brasil, proposta pelo IBGE e aperfeiçoada em parceria com os representantes estaduais, o ano escolhido como referência para a implantação da série corrente das Contas Regionais foi o de 1985, em razão da disponibilidade dos Censos Econômicos para esse ano. Para a construção da série a preços correntes e constantes do ano anterior, são utilizados valores correntes e/ou indicadores físicos e de preços de produtos transformados em índices de volume e de preços, para as operações de produção, consumo intermediário e de valor adicionado para cada uma das 15 atividades econômicas, a saber: Agropecuária; Indústria extrativa mineral; Indústria de transformação; Construção civil; Serviços industriais de utilidade pública; Comércio; Transportes; Serviço de alojamento e alimentação; Comunicações; Serviços financeiros; Administração pública; Aluguel e Serviços prestados às empresas; Educação e Saúde; Outros serviços; e Serviços domésticos**.**

De posse das informações sobre produção e insumos de cada atividade econômica no estado, procede-se ao cálculo do Valor da Produção, Consumo Intermediário e Valor Adicionado das diversas atividades. Do Valor Adicionado por unidade da federação é retirado o *dummy* financeiro e acrescentado o valor dos impostos sobre produtos para a obtenção do PIB Regional. Estes valores são igualmente expressos em termos correntes e constantes, permitindo assim estimar a magnitude e o desempenho de cada economia estadual.

A estimativa do PIB do estado consiste na adaptação do conceito de produção adotado nas Contas Nacionais para a esfera estadual. Para calcular o PIB dos municípios, é preciso adequar o método de cálculo dos agregados referentes à produção, consumo intermediário e valor adicionado dos estados à especificidade das atividades e à disponibilidade de dados municipais.

O método de cálculo do PIB dos Municípios consiste num processo descendente de repartição, pelos municípios, do valor adicionado das 15 atividades das unidades da federação: primeiro, estima-se o valor estadual de cada agregado; em seguida, reparte-se esse valor pelos municípios, ou seja, uma vez estimado o valor adicionado por atividade de cada estado, procede-se à distribuição para as atividades municipais, segundo indicadores escolhidos para este fim. A abertura de trabalho no PIB dos Municípios é, quase sempre, mais desagregada do que a apresentada nas 15 atividades econômicas das Contas Regionais.

O quadro 1, a seguir, apresenta a desagregação utilizada.

Ao final das operações por atividade econômica obtêm-se estimativas do valor adicionado da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, por município, em valores correntes. Para se obter o valor do PIB por município deduz-se do valor adicionado o *dummy*.

Quadro 1 – subsetores da atividade econômica

AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Lavoura permanente	Extrativa Mineral	Comércio
Lavoura Temporária	Transformação	Alojamento e Alimentação
Pecuária	Construção civil	Transportes
Horticultura	Serviços Industriais de utilidade pública	Comunicações
Extrativa Vegetal		Serviços Financeiros
Silvicultura		Atividades Imobiliárias e Serviços Prestados às Empresas
Pesca		Administração Pública
Investimentos em matas plantadas e em culturas permanentes		Demais Serviços
Indústria Rural		
Produção particular do pessoal residente no estabelecimento rural		
Serviços auxiliares da agropecuária		

Agropecuária

O âmbito da atividade Agropecuária nas Contas Regionais é constituído por grupos de atividade econômica compostos por: lavoura permanente, lavoura temporária, pecuária, horticultura, extrativa vegetal, silvicultura, investimentos em formação de matas plantadas e lavouras permanentes, pesca, indústria rural, produção particular do pessoal residente no estabelecimento rural e serviços auxiliares da agropecuária. A seguir, apresenta-se o método adotado para distribuir o valor adicionado do município por cada um dos grupos de atividade econômica.

Cabe observar que, diferentemente das demais atividades econômicas, a distribuição dos grupos de atividades econômicas da agropecuária será realizada em relação ao valor da produção de cada um destes grupos. Isto porque o tratamento dado nas Contas Regionais não contempla a distribuição do consumo intermediário pelos grupos de atividades econômicas supracitadas. O consumo intermediário nas Contas Regionais é construído englobando toda a atividade agropecuária. A estrutura obtida, com a soma de cada uma das parcelas do valor da produção, é então utilizada para distribuir o valor adicionado da agropecuária.

Lavoura permanente

O método de distribuição da produção das lavouras permanentes dos estados pelos respectivos municípios consiste em, inicialmente, distribuir os produtos em duas categorias:

a) Produtos principais – são aqueles para os quais há uma planilha individual, usada pelo Órgão Estadual de Estatística na elaboração das Contas Regionais da atividade agropecuária do estado. Para estimar a contribuição de cada município para a formação do Valor Adicionado associado a estes produtos, utilizam-se os dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal – PAM referentes às quantidades produzidas. A quota de contribuição do município para a produção do estado é obtida repartindo o Valor da Produção de cada produto principal; e
b) Demais produtos – são utilizados os dados da PAM referentes ao valor da produção – VP de cada produto, não selecionado como principal, produzido no município. O quociente que reflete a participação do município na produção dos demais produtos produzidos no estado é utilizado para estimar a produção dos demais produtos da lavoura permanente (nas Contas Regionais, este agregado é denominado “outros

produtos”). O valor obtido pela soma dos *produtos principais* com os *demais produtos* compreende o valor de produção das lavouras permanentes do município.

Lavoura temporária

O procedimento a ser adotado para o cálculo da produção municipal é idêntico ao descrito para os produtos da lavoura permanente.

Pecuária

a) Principais produtos – são aqueles para os quais há planilhas individualizadas de elaboração dos dados regionais da pecuária. Neste caso, utilizam- se os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM sobre o efetivo de rebanho e sobre a quantidade dos produtos de origem animal para calcular os respectivos valores municipais de produção. O procedimento metodológico consiste em calcular a participação do efetivo do município em relação ao efetivo do estado, por espécie animal. O quociente assim obtido é, então, aplicado ao VP do rebanho e dos demais produtos de origem animal, já estimado nas Contas Regionais. Alguns dos principais produtos foram trabalhados agregados, é o caso do produto aves que engloba não só os galináceos como também os valores de codorna, pintos de um dia, etc. Neste caso, utiliza-se o valor de produção obtido no Censo Agropecuário 1995/1996 como estrutura para desagregar o valor de produção destes produtos. Deste modo, podemos distribuir o valor de produção dos galináceos, codornas, pintos de um dia, separadamente, com os dados da PPM; e
b) Demais produtos – utilizam-se os dados do Censo Agropecuário 1995/1996 referentes ao valor dos demais rebanhos e outros produtos de origem animal para calcular a participação do município em relação ao valor dos demais rebanhos e outros produtos de origem animal do estado. O quociente assim obtido é aplicado ao VP dos demais produtos da pecuária, correspondentes nas Contas Regionais aos “outros produtos da pecuária”.

O valor obtido pela soma dos *principais rebanhos e outros produtos de origem animal* com os *demais da pecuária* consiste no valor da pecuária neste município.

Para contemplar as estimativas para os municípios criados após o Censo Agropecuário 1995/1996, a Coordenação de Agropecuária, do IBGE, processou a constituição destes *a posteriori*.

Horticultura

Tendo em vista a inexistência de informações anuais sobre a produção hortícula dos municípios, a metodologia empregada para distribuir o VP da horticultura estadual pelos municípios consiste em calcular a estrutura de produção do município, em relação ao estado, com base no Censo Agropecuário 1995/1996. O procedimento efetuado foi utilizar o quociente do valor produzido no município em relação ao estado. Com este método admite-se, implicitamente, que a estrutura calculada a partir do Censo Agropecuário 1995/1996 mantém-se nos anos seguintes.

Extrativa vegetal

Para a repartição da produção da extrativa vegetal, utilizam-se os dados do valor da produção destes produtos, obtidos na Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS. O procedimento efetuado consiste em calcular a participação do município em relação ao valor da produção do estado. O quociente assim obtido, é então, aplicado ao VP da extrativa vegetal estimado nas Contas Regionais.

Silvicultura

O procedimento adotado na silvicultura é idêntico ao recomendado para a extrativa vegetal.

Investimentos em formação de matas plantadas e lavouras permanentes

A metodologia empregada para repartir os investimentos em formação de matas plantadas e lavouras permanentes consiste em calcular a contribuição do município para esta produção no total do estado. Para isto, estima-se a participação do município na produção estadual da lavoura permanente e da silvicultura (calculado nas seções **Lavoura permanente** e **Silvicultura**), para aplicar este quociente na distribuição dos investimentos em formação de matas plantadas e lavouras permanentes.

Pesca

Para a repartição da produção da pesca, utilizam-se os dados sobre o pessoal ocupado nesta atividade, obtidos pelo Censo Demográfico 2000. O procedimento

efetuado consiste em calcular a participação do pessoal ocupado no município em relação ao pessoal ocupado em todo o estado. O quociente assim obtido é, então, aplicado ao VA da pesca nas Contas Regionais. Para este setor o valor adicionado é fornecido pelas Contas Regionais.

Indústria rural

Produção particular do pessoal residente nos estabelecimentos rurais

Serviços auxiliares

Nestes três subsetores a metodologia empregada para distribuir o VP estadual consiste em utilizar a estrutura de rateio obtida para os subsetores descritos anteriormente. Vale frisar, neste caso, que a participação de cada município será determinada pela participação encontrada para a soma da produção da lavoura, horticultura, pecuária, extrativa vegetal, silvicultura e investimentos em formação de matas plantadas e lavouras permanentes.

Os dados produzidos pelo IBGE podem, em sua maioria, ser obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, no endereço: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo.

Indústria

A atividade indústria nas Contas Regionais é constituída por: extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública. No estado em que a Indústria extrativa mineral é pouco significativa – não existindo a extração do petróleo nem de outro produto com relevância econômica – procede-se à soma do valor adicionado das atividades extrativa mineral e da indústria de transformação e utiliza-se a mesma fonte de rateio da indústria de transformação para o agregado extrativa mais transformação.

Extrativa mineral

A metodologia empregada para repartir o VP estadual da indústria extrativa mineral separa o petróleo do restante dos produtos da extrativa mineral.

Em relação ao petróleo, a contribuição de cada município para a sua produção será estimada através da informação fornecida pela Agência Nacional do Petróleo sobre a composição dos *royalties* pagos pela Petrobrás a cada município.

Para o restante dos produtos da indústria extrativa mineral, a repartição da produção estadual por município será obtida a partir das estatísticas sobre o valor das saídas de produtos (mercadorias vendidas e serviços prestados), declarado pelas empresas à Secretaria Estadual de Fazenda.

Para os estados que utilizam a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Fiscal – CNAE-Fiscal, os códigos correspondentes à indústria extrativa mineral pertencem à classe C (códigos 1000-6/01 até 1429-0/99)1.

As variáveis utilizadas para expressar o valor das saídas de mercadorias são compostas por:

Valor de saída de mercadorias para o estado + valor da saída de mercadorias para outras unidades da federação + saída de mercadorias para o exterior, ou: Operações com débito do imposto (ou tributadas) + isentos (ou não tributados) + outros + saídas excluídas do Valor Adicionado Fiscal – VAF.

A variável saída escolhida é a mesma utilizada no cálculo do VAF, pois deste modo utilizamos a variável criticada pelas Secretarias Estaduais de Fazenda.

Indústria de transformação

a) Variável Principal - O método adotado para estimar a participação de cada município na produção da indústria de transformação do estado é equivalente ao descrito para a indústria extrativa mineral.

O quociente referente à contribuição do município para a produção do estado será usado para distribuir o Valor Adicionado industrial, calculado nas Contas Regionais. Esta atividade compreende a agregação de quatro atividades da Classificação de Atividades Econômicas – CAE: Código 3 – indústria de transformação; Código 4 – indústria de beneficiamento; Código 5 – indústria de moagem; e Código 6 – indústria de acondicionamento e recondicionamento.

Para os estados que utilizam a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Fiscal – CNAE-Fiscal, os códigos correspondentes à indústria de transformação pertencem à Classe D, compreendendo os códigos 1511-3/01 até 3720-6/00.

A composição da variável *saída*, usada para medir a produção da indústria de transformação, é a mesma para avaliar a atividade da indústria extrativa mineral e será utilizada, tal como na indústria extrativa, a variável saída que originou o cálculo do VAF.

De acordo com a metodologia definida ao longo das reuniões técnicas, realizadas pelo IBGE e os Órgãos Estaduais de Estatística, todos deverão adotar o procedimento

descrito acima para estimar a produção industrial municipal. A variável saída de mercadoria, como todos os dados utilizados, deve passar por uma crítica de consistência. A crítica permite analisar as estimativas nos dois sentidos: temporal e estrutural. Nos casos em que a crítica apontar algum dado atípico, deve-se retornar a fonte de informação dos dados fazendo esforços no sentido de procurar uma explicação para este valor atípico ou uma correção deste dado realizado pela própria fonte. Não resolvendo o problema, realiza-se uma imputação deste dado. Nestes casos, obrigatoriamente, será colocada uma nota metodológica na divulgação dos resultados, constando o nome do município, o ano e o problema observado, e o critério de imputação realizado.

No entanto, quando houver inexistência completa de informações para algum município e a atividade industrial existir, o que pode ser comprovado com variáveis auxiliares como pessoal ocupado e/ou com os dados do Censo Cadastro, somente nesses casos, para evitar perda de comparabilidade, decidiu-se adotar um procedimento alternativo de avaliação da produção industrial desses municípios, conforme descrição a seguir.

b) Variável Alternativa - No caso dos estados onde há ausência de informações sobre a saída de mercadorias e no caso dos municípios onde há problemas com esta variável, a metodologia recomendada consiste em utilizar a quantidade consumida de energia elétrica por empresas industriais. A participação das indústrias desses municípios no consumo estadual de energia elétrica determinará a sua contribuição para a produção industrial do estado.

Antes de validar este procedimento, cada Órgão Estadual de Estatística deverá verificar se, nesses municípios, há a presença de indústrias consumidoras intensivas de energia elétrica (indústrias siderúrgicas, alumínio e outras), pois, neste caso, a variável selecionada pode distorcer o cálculo da participação do município na produção industrial do estado.

O órgão estadual deve, quando for utilizar a metodologia alternativa, elaborar um relatório detalhando o(s) motivo(s).

Construção civil

A distribuição por município da produção da indústria de construção civil será proporcional ao pessoal ocupado formal e informal. Para isto utiliza-se a partição do valor da construção civil das Contas Regionais em formal e informal, que será informada pela Coordenação de Contas Nacionais, do IBGE. A parcela formal será distribuída pelo

pessoal ocupado na atividade construção civil fornecido pela RAIS, e a parcela informal será distribuída pelo pessoal ocupado na atividade construção civil, exceto os com carteira de trabalho assinada, fornecido pelo Censo Demográfico 2000.

Serviços industriais de utilidade pública - eletricidade, gás e água

A repartição municipal da produção estadual de energia deverá ser realizada a partir das informações sobre a geração e o consumo total de energia elétrica, pois, da mesma forma que definido nas Contas Regionais, esta atividade abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica de origem hidráulica, térmica, nuclear, eólica, solar, etc. Assim, o critério de repartição deverá considerar tanto a quantidade de energia elétrica distribuída quanto a quantidade gerada pelo município.

A repartição municipal da produção estadual dos serviços industriais de utilidade pública deverá ser realizada observando-se os seguintes critérios:

- Se o estado possuir informação do valor adicionado da geração separado da distribuição de energia, deve ratear o valor adicionado das produtoras de energia pelos municípios geradores e ratear a distribuição pelo consumo de energia elétrica.
- Se o estado não possuir a desagregação do valor adicionado em geração e distribuição, deve ratear o valor adicionado da soma da geração e distribuição de energia pela soma da quantidade distribuída e gerada de energia elétrica pelo município.

Quando o estado tiver informações sobre a distribuição de água e gás canalizado no município deve separar o valor adicionado nas Contas Regionais e utilizar a estrutura do consumo de água e de gás, respectivamente.

Serviços

A atividade de prestação de serviços nas Contas Regionais é constituída por: comércio; alojamento e alimentação; transportes; comunicações; serviços financeiros; atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas; administração pública e demais serviços. Da mesma forma que na indústria de transformação, a metodologia admite duas hipóteses de trabalho, visando à obtenção de estimativas consistentes para todos os municípios, para as atividades comércio, alojamento e alimentação.

Comércio e Alojamento e alimentação

As atividades de Comércio e Alojamento e alimentação estão agrupadas em um mesmo setor de atividade econômica.

a) Variável Principal - a principal fonte de informação para promover a distribuição do valor adicionado estadual pelos respectivos municípios deverá ser o *valor da saída de mercadorias* das empresas de comércio , de alojamento e alimentação. As mesmas orientações de críticas realizadas para a atividade de transformação sobre a variável saída de mercadorias são válidas para aplicação neste setor; e
b) Variável Alternativa - nos estados onde há ausência de informações sobre a saída de mercadorias, a metodologia recomendada consiste em utilizar a quantidade consumida de energia elétrica das empresas comerciais.

Toda vez que a Variável Alternativa for utilizada, constará na publicação dos resultados o nome do estado e do município e a justificativa pela não-utilização da Variável Principal. Todos os cuidados descritos com relação ao uso da Variável Alternativa para a atividade indústria de transformação deverão ser observados.

Transportes

Transporte terrestre (rodoviário e ferroviário)

A participação de cada município na produção estadual deste modal de transporte será proporcional ao valor de produção verificado para o conjunto das atividades agropecuária, extrativa (exceto petróleo), transformação, comércio e alojamento e alimentação.

Transporte aéreo

As variáveis empregadas para estimar a participação de cada município são o valor da receita de transporte aéreo de carga obtido pelo resultado da multiplicação do preço nacional pela quantidade transportada, e o valor da receita do transporte aéreo de passageiros, obtido pelo preço médio das passagens multiplicado pelo número de passageiros embarcados nos municípios onde há aeroportos controlados pelo Departamento de Aviação Civil – DAC ou pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO.

Transporte hidroviário

A variável de rateio será o valor da receita de transporte hidroviário resultante do quantitativo de carga embarcada no porto por um preço médio. Estas informações

são fornecidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Comunicações

A variável a ser utilizada para distribuir a produção estadual de comunicações pelos municípios deverá ser o número de terminais de telefonia fixa existente em cada município. A fonte desta informação é a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL ou as operadoras estaduais.

Atividades imobiliárias e Serviços prestados às Empresas

Estas atividades encontram-se agregadas nas Contas Regionais. As atividades das imobiliárias, de aluguéis e de serviços prestados às empresas compreendem a SEÇÃO K da CNAE. Nesta seção incluem-se as atividades de imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação e administração de imóveis e os condomínios de prédios residenciais e comerciais. Compreendem também os serviços de aluguéis de veículos, máquinas, equipamentos e objetos de uso pessoal. No cálculo do PIB dos municípios este setor é tratado de forma desagregada.

Atividades imobiliárias

A variável deverá ser a quantidade consumida de energia elétrica residencial por município. A fonte desta informação é a Centrais Elétricas Brasileira S/A – ELETROBRÁS ou as companhias locais de energia elétrica. A estrutura de rateio será aplicada ao valor da produção das atividades imobiliárias das Contas Regionais.

Serviços prestados às empresas

A estimativa da produção municipal dessa atividade será efetuada a partir do valor adicionado das atividades econômicas: Agropecuária, Indústria de transformação, Indústria extrativa (exceto petróleo), Construção civil, Comércio e Alojamento, Instituição financeira, Administração pública, Transportes, Comunicações e Atividades imobiliárias.

Demais serviços

As atividades que abrangem este setor nas Contas Regionais são: saúde e educação mercantis, outros serviços coletivos, sociais e pessoais e serviços domésticos.

A estimativa da produção municipal dessa atividade deverá ser efetuada do mesmo modo que para os serviços prestados às empresas.

Administração pública

O valor adicionado fornecido pelas Contas Regionais deve ser repartido proporcionalmente às esferas municipais, estaduais e federais. Esta informação é de responsabilidade da Coordenação de Contas Nacionais, do IBGE. O valor adicionado correspondente à esfera municipal deverá ser distribuído pela soma das variáveis descritas a seguir:

1) Salários:

Pessoal ativo

Demais despesas de pessoal

Terceirização de mão-de-obra

Outras despesas de pessoal

2) Contribuições sociais efetivas: Obrigações patronais

3) Contribuições sociais imputadas:

Pessoal inativo (+)

Pessoal pensionista (+)

Salário-família (+)

Contribuição para custeio da previdência (-)

4) Outros impostos sobre a produção: Contribuição para formação do PASEP. Uma aproximação do valor adicionado por município é obtida somando-se os itens 1), 2), 3) e 4) acima. Esta será a estrutura de rateio do valor adicionado da administração pública proveniente da esfera municipal.

Para as esferas estadual e federal, a distribuição do valor adicionado estadual para os municípios deverá ser efetuada pela estrutura da população de cada município, com base nas Estimativas Populacionais, do IBGE.

Serviços financeiros

O critério de repartição do valor adicionado foi definido pela participação de cada município no total das seguintes operações ativas e passivas selecionadas junto ao Banco Central: aplicações, depósito do governo, depósito do setor privado, depósito de poupança e depósitos a prazo.

Atividade *Dummy* financeiro

A estrutura de rateio é a mesma descrita na seção **Serviços financeiros**.

Impostos sobre produtos

Os principais impostos federais compreendem: o imposto sobre produtos industrializados – IPI, o imposto de importação e o imposto sobre operação de crédito, câmbio e seguro, ou sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários – IOF. O principal imposto relacionado à esfera estadual é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, enquanto para a esfera municipal é o imposto sobre serviços – ISS.

A repartição dos impostos federais é realizada com os dados provenientes do sistema ANGELA, de responsabilidade da Coordenação Geral de Administração da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, que possui os valores dos impostos por município, sendo utilizados os dados do IOF para repartição dos outros impostos federais sobre produtos.

A distribuição do ICMS estadual é realizada utilizando-se como variável principal o imposto arrecadado por município.Para os municípios em que a relação entre o imposto e o PIB supere 15%, deve-se analisar individualmente. Se a substituição tributária for o motivo do imposto ser elevado, utiliza-se como variável alternativa a estrutura obtida pelo VAF, excluído de extração de petróleo e de geração de energia. Por último, a estrutura deverá ser reponderada.

O ISS é repartido com os dados do Tribunal de Contas do Estado – TCE, complementados com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Estes dados, geralmente, não compreendem a totalidade do ISS arrecadado e deverão ser complementados com informações das Finanças do Brasil – FINBRA, do Ministério da Fazenda, e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, da Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE. Os municípios não contemplados nas fontes acima terão o seu ISS proporcional ao valor adicionado dos demais serviços, dos serviços prestados às empresas e dos serviços financeiros, seguindo os procedimentos explicitados na seção **Indústria de transformação**.

Análise dos resultados

PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL

O Produto Interno Bruto dos municípios que compõem o Estado de Alagoas constitui um dos principais indicadores da macroeconomia alagoana, pois demonstra o valor de toda riqueza produzida dentro do Estado, gerada por unidades produtoras residentes, durante o período de um ano.

O PIB municipal é mensurado sob a ótica da produção, representando assim, o somatório dos valores adicionados dos diversos setores da economia, acrescido dos impostos e subtraídos os serviços de intermediação financeira indiretamente medidos.

O PIB destaca um importante perfil econômico setorial dos municípios alagoanos, permitindo visualizar, não só a produção de riquezas, assim como, a evolução dos grandes agregados econômicos (agropecuária, indústria e serviços) que serão demonstrados ao longo da série 2001-2004.

Em 2004, a economia alagoana apresentou um crescimento nominal de 11,91%, relativo a 2003, refletindo o desempenho positivo da Indústria e Serviços.

Nesse período, o valor do PIB a preços de mercado correntes do Estado de Alagoas totalizou R$ 11,556 bilhões de reais, desse total, 58,40% estão concentrados na capital Maceió.

Maceió, capital alagoana, ocupou a 4ª posição em relação ao PIB municipal das capitais da região Nordeste, ficando a frente de cidades como São Luís(MA), Natal(RN), Aracaju(SE), João Pessoa(PB) e Teresina(PI), e também obteve 14° posição, em relação ao PIB das capitais do Brasil.

Analisando a distribuição municipal do PIB, conforme tabela 1, verifica-se que dos 102 municípios alagoanos, apenas 10 (dez) foram responsáveis por 77,25% do PIB regional em 2004.

Esses municípios foram Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro, Pilar, São Miguel dos Campos, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Penedo, Delmiro Gouveia e Coruripe. Somados eles abrangem 49,74% da população do Estado de Alagoas (tabela 3).

Examinando o desempenho da economia alagoana pelo tradicional corte setorial – agropecuária, indústria e serviços, observamos que na Agropecuária, o destaque continua sendo a lavoura de cana-de-açúcar, grãos (milho e feijão), fruticultura, além da pecuária bovina.

Quanto às atividades intrínsecas a Indústria, sobressaíram-se Indústria de Transformação e Construção Civil.

O Comércio (atacadista e varejista) e Administração pública foram os segmentos que mais se destacaram na composição estrutural do setor de Serviços, apresentando um desempenho significativo.

Em Alagoas, os municípios que expressaram significativa produção de riquezas, no âmbito estadual, são mostrados na tabela 1.

Tabela 1 - PIB total e participação relativa e acumulada dos 10 principais municípios alagoanos – 2004

Unidade da Federação e Municípios	PIB		
	Tota (1.000 R$)	Part. Relat. (%)	Part. Relat. Acum. (%)
Alagoas	11.556.231,65	**100,00%**	**-**
Maceió	6.749.339,35	58,40%	58,40%
Arapiraca	477.204,68	4,13%	62,53%
Marechal Deodoro	396.812,60	3,43%	65,97%
Pilar	280.999,71	2,43%	68,40%
São Miguel dos Campos	264.957,79	2,29%	70,69%
Palmeira dos Índios	171.275,47	1,48%	72,17%
Rio Largo	167.147,03	1,45%	73,62%
Penedo	141.564,07	1,23%	74,85%
Delmiro Gouveia	139.951,75	1,21%	76,06%
Coruripe	137.653,85	1,19%	77,25%

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN
Nota: Dados sujeitos à revisão

Convém salientar que em 2004, 40% dessas cidades estão localizadas na micro-região de Maceió. Além disso, retratam um relevante grau de concentração da geração interna da renda:

a) Maceió - capital do Estado de Alagoas, é o município com maior PIB(58%). A dinâmica da sua economia foi marcada pela forte atuação da Indústria de Transformação e Construção Civil, ademais valendo ressaltar o setor de Serviços, principalmente quanto às atividades de Administração Pública e Comércio (atacadista e varejista).

b) Arapiraca - situado na região do Agreste, caracteriza-se por ser o segundo maior pólo de geração de riquezas do Estado, contemplando 4,13% do PIB. A sua localização privilegiada e estratégica tem propiciado ao longo dos anos, a implantação de novas indústrias e empresas comerciais no interior do Estado, promovendo reflexos no setor de serviços.

c) Marechal Deodoro - município situado na micro-região de Maceió, contempla um pólo de Indústria cloro-química e alimentícia, além disso, destaca-se na produção de gás natural, além do beneficiamento de derivados da salgema.Todas essa atividades contribuíram para a formação do percentual de 3,43% do PIB estadual.

d) Pilar - município da micro-região de Maceió expressa uma participação relativa de 2,43% do PIB estadual, ocasionada pela participação da Indústria de Transformação e setor de Serviços (principalmente no que se refere a produção de gás natural e petróleo).

e) São Miguel dos Campos – neste município o Produto Interno Bruto representa 2,29% de toda riqueza produzida no Estado. Situado a 68,80Km da capital alagoana, destaca-se nos segmentos econômicos da agropecuária e Indústria. São Miguel dos Campos possui Usinas Sucroalcooleiras, reservas de gás natural , fábricas de cimento e cerâmica, além de outras atividades como cultivo da cana-de-açúcar e a bovinocultura.

f) Palmeira dos Índios – situada à 134km de Maceió, contempla uma participação percentual de 1,48% do PIB do Estado de Alagoas. Esse fato deve-se a importância dos setores produtivos de Agropecuária(fruticultura) , Indústria(principalmente de laticínios) e Serviços(Administração Pública).

g) Rio Largo – com uma representação de 1,45% do PIB alagoano, rio Largo, está inserido na micro-região da capital Maceió. Os segmentos da Indústria e Serviços foram os setores que mas contribuíram na formação do seu PIB municipal. No setor de Industrial, Rio Largo destaca-se principalmente no setor de combustíveis(Gás natural e GLP).

h) Penedo – Representando 1,23% do total do de riquezas produzidas no Estado, Penedo destaca-se também na produção Agropecuária, sobretudo nas atividades concernentes a rizicultura e fruticultura.

i) Delmiro Gouveia – município localizado a 294Km de distância da capital Maceió. Nele os segmentos de Indústria(Transformação e Construção Civil) e Serviços contribuíram para a participação relativa de 1,21% no Produto Interno Bruto estadual.

j) Coruripe – situado na micro-região de São Miguel dos Campos, possui como atividade agrícola principal o cultivo da cana-de-açúcar. Nesse período, além da cana-de-açúcar, também se destacaram as produções de côco-da-baía, goiaba, acerola, abacaxi, maracujá e feijão. Caracteriza-se também por ser um grande pólo industrial de Açúcar e Álcool, pois abriga duas Usinas Sucroalcooleiras, além de uma Cooperativa Agropecuária com mais de 1.000 cooperados espalhados nos municípios de Coruripe , Feliz Deserto e Penedo. No ano de 2004, também apresentou um crescimento nominal de 1,19% em

relação a 2003, impulsionado pelo crescimento do setor de setor de serviços e dos (impostos) sobretudo ICMS, importante na composição do seu PIB.

Em Alagoas, considerando a série 2002-2004 é perceptível um acréscimo concernente ao grau de concentração de riquezas, tendo em vista que no ano de 2003, 70% do PIB contemplava aproximadamente 05 (cinco) municípios, sendo este número reduzido para 04(quatro), no ano de 2004, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Número de Municípios e participação relativa dos municípios e da população segundo faixas de distribuição do PIB -2003/2004

Faixa de distribuição do PIB de Alagoas	Nº de Municípios	Partic. relat. Dos munic.(%)	Partic. relat. da Pop.(%)	Nº de Municípios Acum.	Partic. relat. acum. de munic.(%)	Partic. relat. acum. da pop.(%)
2003						
Até 58%	1	0,98%	29,37%	1	0,98%	29,37%
De 59% a 70%	4	3,92%	10,54%	5	4,90%	39,91%
De 71% a 80%	10	9,80%	16,15%	15	14,71%	56,06%
De 81% a 89%	23	22,55%	19,87%	38	37,25%	75,93%
De 90% a 100%	64	62,75%	24,07%	102	100,00%	100,00%
2004						
Até 58%	1	0,98%	29,67%	1	0,98%	29,67%
De 59% a 70%	3	2,94%	9,10%	4	3,92%	38,77%
De 71% a 80%	10	9,80%	16,80%	14	13,73%	55,57%
De 81% a 89%	23	22,55%	19,24%	37	36,27%	74,81%
De 90% a 100%	65	63,73%	25,19%	102	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN
Nota: Dados sujeitos à revisão

Por conseguinte esses dados caracterizam a centralização da produção de riquezas no âmbito municipal e, sobretudo sua distribuição geográfica e espacial.

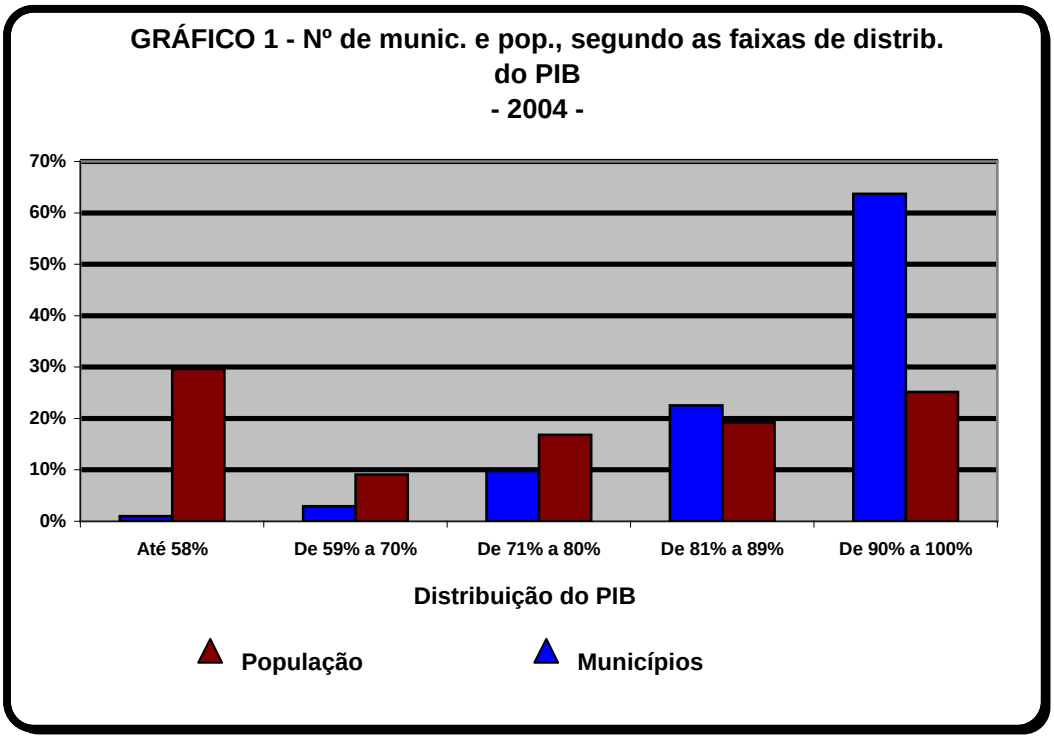
No biênio 2004/2003 houve uma variação nas posições dos municípios, por distribuição das faixas acumuladas do PIB, conforme visualizamos na tabela 2.

Outrossim, os municípios de Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro, Pilar e São Miguel dos Campos acumulam 70% do PIB Regional e 38,77% da população total do Estado em 2004.

Neste mesmo período, os municípios que apresentaram o menor PIB, com participação percentual no Estado inferior a 0,1%, foram: Pindoba, Palestina, Feliz Deserto, Belém, Mar Vermelho, Campestre, Olho D´água Grande, Tanque D´arca, Minador do Negrão e Roteiro.

Essas cidades caracterizam-se por apresentarem reduzida extensão territorial e população inferior a 6 mil habitantes. Além disso, destacam-se por possuírem atividades econômicas pouco desenvolvidas, sobressaindo-se apenas no setor de serviços, com a participação importante do setor de Administração Pública.

Ademais, os gráficos 1 e 2 revelam que 63,73% dos municípios alagoanos respondem por 10% do PIB regional, concentrando 25% da população do Estado.



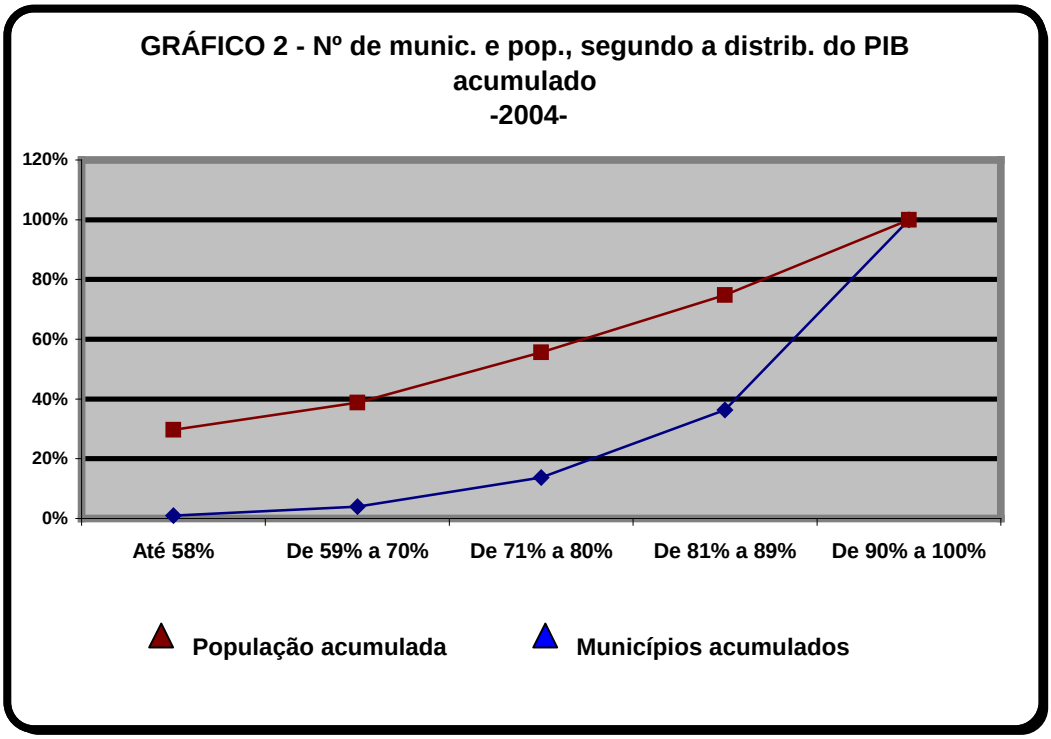


Tabela 3 - Ranking do PIB e a População dos municípios alagoanos - 2004

(continua)

Ranking	Municípios	PIB em (R$1.000)	População	Freq.Relat. Pop.	Freq.Relat. Acum.Pop.	Freq.Relat. PIB	Freq.Relat. Acum.PIB
1º	Maceió	6.749.339	884.320	29,67%	29,67%	58,40%	58,40%
2º	Arapiraca	477.205	197.520	6,63%	36,29%	4,13%	62,53%
3º	Marechal Deodoro	396.813	41.538	1,39%	37,69%	3,43%	65,97%
4º	Pilar	281.000	32.200	1,08%	38,77%	2,43%	68,40%
5º	São Miguel dos Campos	264.958	43.265	1,45%	40,22%	2,29%	70,69%
6º	Palmeira dos Índios	171.275	69.211	2,32%	42,54%	1,48%	72,17%
7º	Rio Largo	167.147	66.915	2,24%	44,78%	1,45%	73,62%
8º	Penedo	141.564	59.429	1,99%	46,78%	1,23%	74,85%
9º	Delmiro Gouveia	139.952	43.909	1,47%	48,25%	1,21%	76,06%
10º	Coruripe	137.654	44.313	1,49%	49,74%	1,19%	77,25%
11º	União dos Palmares	126.323	59.233	1,99%	51,72%	1,09%	78,34%
12º	Santana do Ipanema	78.502	44.254	1,48%	53,21%	0,68%	79,02%
13º	São Luís do Quitunde	72.381	28.673	0,96%	54,17%	0,63%	79,65%
14º	Atalaia	67.239	41.572	1,39%	55,57%	0,58%	80,23%
15º	Teotônio Vilela	59.257	40.584	1,36%	56,93%	0,51%	80,74%
16º	São Sebastião	57.783	31.396	1,05%	57,98%	0,50%	81,24%
17º	Campo Alegre	56.498	43.213	1,45%	59,43%	0,49%	81,73%
18º	Girau do Ponciano	54.984	30.405	1,02%	60,45%	0,48%	82,21%
19º	Boca da Mata	53.323	25.273	0,85%	61,30%	0,46%	82,67%
20º	Igaci	50.396	25.305	0,85%	62,15%	0,44%	83,10%
21º	Viçosa	50.035	27.644	0,93%	63,07%	0,43%	83,54%
22º	Igreja Nova	49.642	22.273	0,75%	63,82%	0,43%	83,97%
23º	Maragogi	48.804	24.617	0,83%	64,65%	0,42%	84,39%
24º	Taquarana	46.297	17.168	0,58%	65,22%	0,40%	84,79%
25º	Olho d'Água das Flores	45.978	21.348	0,72%	65,94%	0,40%	85,19%
26º	Porto Calvo	44.943	24.614	0,83%	66,76%	0,39%	85,58%
27º	Pão de Açúcar	43.060	25.811	0,87%	67,63%	0,37%	85,95%
28º	Limoeiro de Anadia	41.649	26.734	0,90%	68,53%	0,36%	86,31%
29º	Traipu	41.508	23.907	0,80%	69,33%	0,36%	86,67%
30º	Feira Grande	40.225	22.408	0,75%	70,08%	0,35%	87,02%
31º	Craíbas	39.579	22.314	0,75%	70,83%	0,34%	87,36%
32º	Porto Real do Colégio	38.461	18.764	0,63%	71,46%	0,33%	87,69%
33º	Batalha	38.367	15.705	0,53%	71,99%	0,33%	88,02%
34º	Mata Grande	38.072	24.292	0,81%	72,80%	0,33%	88,35%
35º	Matriz de Camaragibe	37.455	25.490	0,86%	73,66%	0,32%	88,68%
36º	São José da Tapera	36.175	27.638	0,93%	74,58%	0,31%	88,99%
37º	Santa Luzia do Norte	34.490	6.692	0,22%	74,81%	0,30%	89,29%
38º	Murici	34.401	22.592	0,76%	75,57%	0,30%	89,59%
39º	Piranhas	34.218	22.854	0,77%	76,33%	0,30%	89,88%
40º	Lagoa da Canoa	34.202	22.085	0,74%	77,07%	0,30%	90,18%
41º	Junqueiro	33.953	24.659	0,83%	77,90%	0,29%	90,47%
42º	Água Branca	32.768	18.918	0,63%	78,53%	0,28%	90,76%
43º	Santana do Mundaú	31.863	11.289	0,38%	78,91%	0,28%	91,03%
44º	São José da Laje	30.741	20.596	0,69%	79,60%	0,27%	91,30%
45º	Colônia Leopoldina	30.664	17.880	0,60%	80,20%	0,27%	91,56%
46º	Piaçabuçu	30.193	16.704	0,56%	80,76%	0,26%	91,82%
47º	Major Isidoro	29.474	17.835	0,60%	81,36%	0,26%	92,08%
48º	Joaquim Gomes	28.788	20.096	0,67%	82,04%	0,25%	92,33%
49º	Capela	28.448	18.650	0,63%	82,66%	0,25%	92,57%
50º	Jequiá da Praia	28.074	12.916	0,43%	83,10%	0,24%	92,82%
51º	Barra de Santo Antônio	27.877	13.366	0,45%	83,54%	0,24%	93,06%
52º	Cajueiro	26.197	19.169	0,64%	84,19%	0,23%	93,28%

Tabela 3 - Ranking do PIB e a População dos municípios alagoanos - 2004

(conclusão)

Ranking	Municípios	PIB em (R$1.000)	População	Freq.Relat. Pop.	Freq.Relat. Acum.Pop.	Freq.Relat. PIB	Freq.Relat. Acum.PIB
53º	Satuba	25.590	14.283	0,48%	84,67%	0,22%	93,51%
54º	Estrela de Alagoas	25.243	16.729	0,56%	85,23%	0,22%	93,72%
55º	Anadia	25.200	18.625	0,62%	85,85%	0,22%	93,94%
56º	Maribondo	24.429	15.237	0,51%	86,36%	0,21%	94,15%
57º	Ibateguara	23.409	14.841	0,50%	86,86%	0,20%	94,36%
58º	Passo de Camaragibe	22.495	13.583	0,46%	87,32%	0,19%	94,55%
59º	Paripueira	22.419	8.633	0,29%	87,61%	0,19%	94,75%
60º	Inhapi	22.115	19.295	0,65%	88,25%	0,19%	94,94%
61º	Olivença	20.704	10.492	0,35%	88,61%	0,18%	95,12%
62º	Coité do Nóia	20.196	13.119	0,44%	89,05%	0,17%	95,29%
63º	Barra de São Miguel	20.051	7.112	0,24%	89,28%	0,17%	95,46%
64º	Canapi	19.815	16.669	0,56%	89,84%	0,17%	95,64%
65º	Maravilha	19.720	14.871	0,50%	90,34%	0,17%	95,81%
66º	Quebrangulo	19.470	12.159	0,41%	90,75%	0,17%	95,97%
67º	Belo Monte	19.392	6.696	0,22%	90,98%	0,17%	96,14%
68º	Ouro Branco	19.075	10.452	0,35%	91,33%	0,17%	96,31%
69º	Poço das Trincheiras	18.300	14.111	0,47%	91,80%	0,16%	96,47%
70º	Messias	17.196	12.722	0,43%	92,23%	0,15%	96,61%
71º	Flexeiras	16.954	11.918	0,40%	92,63%	0,15%	96,76%
72º	Cacimbinhas	16.501	8.600	0,29%	92,91%	0,14%	96,90%
73º	Branquinha	16.370	12.874	0,43%	93,35%	0,14%	97,05%
74º	Pariconha	16.315	10.949	0,37%	93,71%	0,14%	97,19%
75º	Novo Lino	16.216	8.231	0,28%	93,99%	0,14%	97,33%
76º	Monteirópolis	16.201	7.804	0,26%	94,25%	0,14%	97,47%
77º	Porto de Pedras	15.754	10.558	0,35%	94,61%	0,14%	97,60%
78º	Dois Riachos	15.692	11.607	0,39%	95,00%	0,14%	97,74%
79º	Chã Preta	15.609	7.536	0,25%	95,25%	0,14%	97,87%
80º	Senador Rui Palmeira	14.677	13.296	0,45%	95,69%	0,13%	98,00%
81º	Jaramataia	14.641	6.514	0,22%	95,91%	0,13%	98,13%
82º	Jacaré dos Homens	14.370	6.220	0,21%	96,12%	0,12%	98,25%
83º	Japaratinga	14.286	6.753	0,23%	96,35%	0,12%	98,38%
84º	Campo Grande	14.151	8.669	0,29%	96,64%	0,12%	98,50%
85º	Olho d'Água do Casado	13.985	7.390	0,25%	96,89%	0,12%	98,62%
86º	Paulo Jacinto	13.055	7.674	0,26%	97,14%	0,11%	98,73%
87º	Jacuípe	12.415	7.227	0,24%	97,39%	0,11%	98,84%
88º	Carneiros	11.965	7.046	0,24%	97,62%	0,10%	98,94%
89º	São Miguel dos Milagres	10.669	6.354	0,21%	97,84%	0,09%	99,04%
90º	São Brás	10.545	6.673	0,22%	98,06%	0,09%	99,13%
91º	Jundiá	10.436	3.966	0,13%	98,19%	0,09%	99,22%
92º	Coqueiro Seco	9.829	5.314	0,18%	98,37%	0,09%	99,30%
93º	Minador do Negrão	9.651	4.336	0,15%	98,52%	0,08%	99,39%
94º	Tanque d'Arca	9.360	6.019	0,20%	98,72%	0,08%	99,47%
95º	Mar Vermelho	8.965	4.136	0,14%	98,86%	0,08%	99,54%
96º	Roteiro	8.883	6.749	0,23%	99,08%	0,08%	99,62%
97º	Olho d'Água Grande	8.435	5.070	0,17%	99,25%	0,07%	99,69%
98º	Belém	8.230	5.919	0,20%	99,45%	0,07%	99,77%
99º	Campestre	7.853	4.797	0,16%	99,61%	0,07%	99,83%
100º	Feliz Deserto	7.393	4.040	0,14%	99,75%	0,06%	99,90%
101º	Palestina	6.561	4.982	0,17%	99,92%	0,06%	99,95%
102º	Pindoba	5.251	2.504	0,08%	**100,00%**	0,05%	**100,00%**
	Total	**11.556.232**	**2.980.910,00**	**100,00%**		**100,00%**	

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN
Nota: Dados sujeitos à revisão

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS
2004

ANÁLISE SETORIAL

1)Agropecuária

O setor de agropecuária vem crescendo ao longo dos últimos anos apresentando um bom desempenho econômico.

O valor adicionado da agropecuária alagoana, em 2004, alcançou em valores correntes R$ 787.854.789,00(setecentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e cinqüenta e quatro mil e setecentos oitenta e nove reais) frente aos R$721.652.821,00(setecentos e vinte e um milhões e seiscentos e cinqüenta e dois mil e oitocentos e vinte e um reais) em relação ano anterior, correspondendo um acréscimo anual nominal na ordem de 9,17%.

Com isso, depreende-se que a **agropecuária** continua sendo um setor importante do ponto de vista econômico e social, pois demanda relativa quantidade de mão-de-obra na economia alagoana e gera alimentos e matérias-primas para as Agroindústrias.

No ano de 2004, este setor apresentou uma participação no VAB da agropecuária estadual de 7,29 %. No entanto, houve perda na participação do setor em relação aos demais segmentos produtivos, na ordem de 0,13% em relação a 2003.

Dados do MTE/RAIS (2004) em relação ao número de empregos formais em Alagoas, também registraram um desempenho negativo na Agropecuária com uma variação relativa de -45,3% em relação ano anterior.

Ademais, o setor da agropecuária é bastante suscetível a diversas variáveis, sobretudo climáticas. O ano de 2004 contempla um decréscimo de 3,44% na produção da cana-de-açúcar (principal produto agrícola de Alagoas) ocasionado principalmente pelos baixos índices pluviométricos e má distribuição das chuvas, no decorrer do ano.

Outrossim, é importante frisar que a Agropecuária é ainda um setor importante para a economia do Estado.

Em Alagoas este segmento também expressa relativo grau de concentração, pois conforme demonstra a tabela 1, apenas dez municípios produziram juntos, 43,25 % do total da produção agropecuária no Estado.

Tabela 4 - Os 10 maiores Municípios, conforme Valor Adicionado VA do setor de Agropecuária – 2004

Municipios	Valor R$(1.000,00)	Particip (%) VA total	Particip (%) VA dos 10 maiores	Ranking 2004
Arapiraca	55.820,40	7,09%	16,38%	1
Coruripe	46.821,75	5,94%	13,74%	2
Palmeira dos Índios	42.739,73	5,42%	12,54%	3
União dos Palmares	39.429,91	5,00%	11,57%	4
Penedo	39.156,28	4,97%	11,49%	5
Maceió	34.297,28	4,35%	10,07%	6
São Luís do Quitunde	25.160,30	3,19%	7,38%	7
Taquarana	21.027,88	2,67%	6,17%	8
São Sebastião	18.353,91	2,33%	5,39%	9
Santana do Mundaú	17.900,56	2,27%	5,25%	10
VA Estadual	**787.854**			
VA 10 maiores municípios	**340.708**			
Participação10 maiores municípios		**43,25%**		
VA demais Municípios	**447.146**			
Participação demais Municípios		**56,75%**		

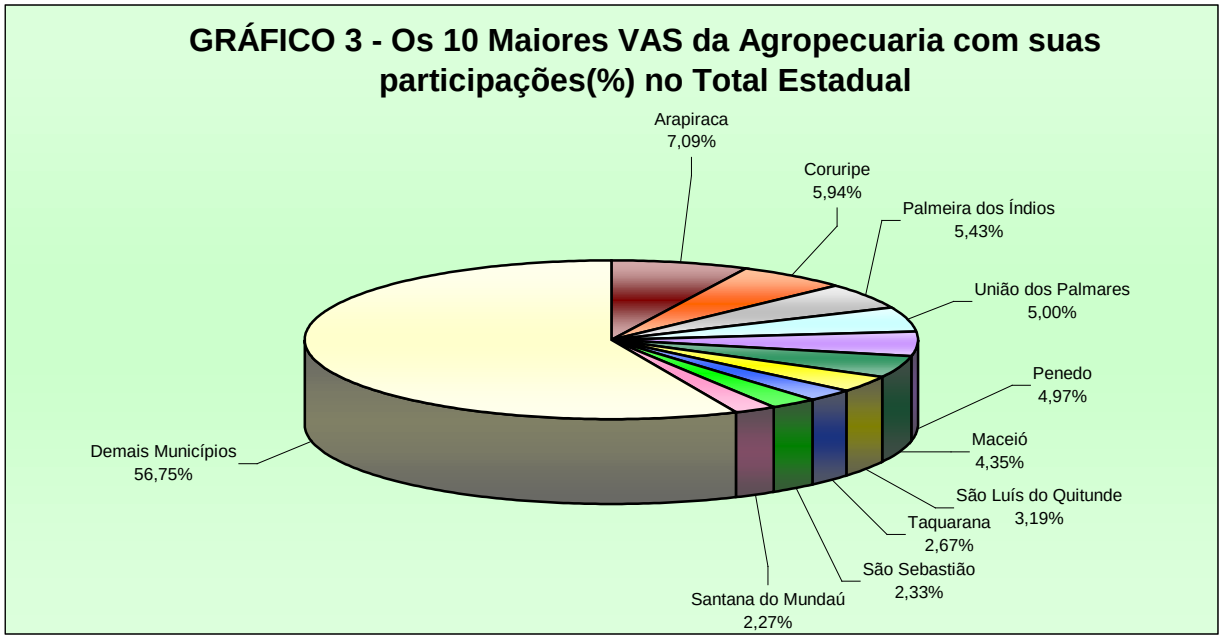
Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN
Nota: Dados sujeitos à revisão

Coruripe, situado na micro-região de São Miguel dos Campos, possui como atividade agrícola principal o cultivo da cana-de-açúcar. No ano de 2004, foram produzidas aproximadamente 1,814 milhões de toneladas. Nesse período, além da cana-de-açúcar, também se destacaram as produções de côco-da-baía, goiaba, acerola, abacaxi, maracujá e feijão (fruticultura).

Na Meso do Agreste alagoano, destacam-se os municípios de Arapiraca, (com as culturas da Mandioca, fumo, feijão e milho, além da participação da avicultura e bovinocultura), Palmeira dos Índios (influenciada pela pecuária e as produções de manga, banana, milho e mandioca) fomentando as Indústrias de beneficiamento de leite e de frutas, Taquarana (cana de açúcar e feijão).

No Leste alagoano a economia agrícola é fortemente estimulada pela produção da cana de açúcar, sobretudo nos municípios de União dos Palmares (cana de açúcar, pecuária bovina e leiteira, além da fruticultura com abacaxi, laranja e banana), Santana do Mundaú (cana-de-açúcar, coco da baía, batata doce e banana), São Luís do Quitunde (cana-de-açúcar) Penedo (cana-de-açúcar, rizicultura, abacaxi, maracujá e côco da baía) e a capital Maceió (cana-de-açúcar e côco da baía).

A partir do gráfico 1, podemos visualizar melhor a participação relativa dos principais municípios no setor da Agropecuária.



Observa-se que o bom desempenho da Agropecuária, no ano de 2004, deve-se principalmente a influência das principais culturas do Estado como: cana-de-açúcar , feijão, milho e mandioca, além da participação da pecuária bovina.

Outros fatores como condições climáticas favoráveis, melhoria dos preços agrícolas e aumento das exportações também colaboraram para o crescimento anual de 9,17% do setor, em relação ao ano de 2003.

No entanto, apesar do acréscimo no Valor Adicionado da Agropecuária, constata-se nesse mesmo período, uma redução 0,13% na participação deste setor no VAB - Valor Adicionado Bruto do Total do Estado, frente a expansão do setor de serviços.

No quadro 01, a Agropecuária do Estado de Alagoas ocupa a 9ª posição, em relação ao Nordeste, apresentando uma participação relativa na ordem de 3,49%.

É importante frisarmos que 70% da Agropecuária do Nordeste está concentrada nos estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Na Bahia isto se explica por uma diversificação dentro de suas lavouras, visto que antes era apenas direcionada para Cacau e Feijão. No Maranhão, destacou-se na agropecuária a criação de bovinos, assim como as culturas de soja e cana de açúcar. Em Pernambuco a tradição secular do cultivo de cana de açúcar também contribui na formação do seu Valor Adicionado da Agropecuária.

Quadro 1 - Valor Adicionado da Agropecuária, em R$ milhão, segundo Estados do Nordeste 2003-04 e variação (%)

NE e Estados	2003	2004	Δ %
Nordeste	**20.746**	**22.544**	**8,67**
Maranhão	2.667	3.123	17,15
Piauí	831	1.009	21,31
Ceará	1.752	1.665	-4,97
Rio Grande do Norte	722	826	14,34
Paraíba	1.540	1.451	-5,77
Pernambuco	3.864	4.211	8,97
Alagoas	722	788	9,17
Sergipe	810	866	6,92
Bahia	7.838	8.605	9,79

Fonte: IBGE/SEPLAN-CGPLAN
Nota: Dados sujeitos à revisão

AGROPECUÁRIA

2) Indústria

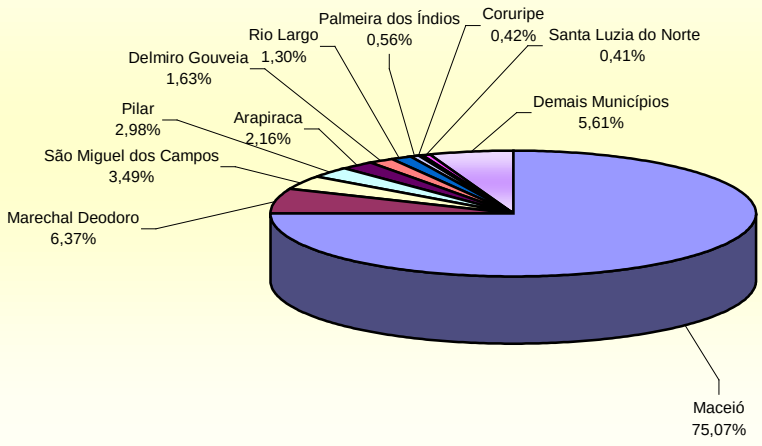
A atividade industrial tem relevante participação no desempenho da economia alagoana em 2004.

Nesse mesmo período, o valor adicionado setorial registrou um incremento de 10,72%, comparativamente a 2003, alcançando valores na ordem de 3,987 bilhões de reais.

A atividade industrial de Alagoas é constituída por Indústria de Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública.

No ano de 2004, a estrutura setorial da Indústria contemplou 36,88% do Valor Adicionado Bruto total do Estado. A partir do gráfico 2, podemos demonstrar a participação relativa dos municípios alagoanos que mais se destacaram no setor industrial nesse período.

GRÁFICO 4 - Os 10 Maiores VAS da Indústria com suas participações (%) no Total Estadual



Os segmentos de Construção Civil e Indústria de Transformação foram os responsáveis pelo bom desempenho da Indústria alagoana com crescimentos de 17,91% e 7,34% respectivamente, em relação ano anterior.

De uma forma geral, elementos importantes no setor de infra-estrutura, corroboram para o desempenho do setor. Além disso, vale ressaltar que a indústria de transformação alagoana apresenta uma inter-relação com a atividade de agropecuária, a qual tem grande parte de seu dinamismo atrelado, principalmente ao demandar produtos para o processamento industrial e à medida que oferta insumos necessários à agropecuária.

Segundo dados do MTE/RAIS(2004), a Indústria de Transformação em Alagoas apresentou um aumento de 17,8% em relação a 2003, caracterizando um aumento de 14,2

mil postos de trabalho. A indústria de Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública também registraram um incremento de 9,5% e 3,7% respectivamente.

Um indicador importante que também reforça o bom desempenho da Indústria alagoana em 2004 é a arrecadação IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, feito pela Receita Federal que mostrou neste mesmo ano uma evolução de 1,5% , comparativamente com ano de 2003.

Outro indicador relevante também são os dados de consumo de energia elétrica industrial fornecida pela CEAL e CHESF também revelam um aumento de 4,5%.

No sub-setor Industrial referente a Serviços Industriais de Utilidade Pública(SIUP) que compreendem os serviços de eletricidade, água e gás canalisado, obtivemos um crescimento de 26,22%. Sobretudo originado da evolução de 7,2% do Consumo de gás canalisado do Estado, que contemplou os municípios de Maceió, São Miguel dos Campos, Pilar, Santa Luzia do Norte e Atalaia.

Ademais, vale salientar que 75% do VAB(Valor Adicionado Bruto) da Indústria está concentrado na capital Maceió.

Conforme ilustra o Tabela 4, a capital alagoana caracteriza-se por ser grande pólo industrial do Estado comportando diversas indústrias de pequeno, médio e grande porte, principalmente na área química voltada para a produção de soda cáustica, cloro, dicloroetano e policloreto de vinila(P.V.C.).

Maceió também se sobressai nas indústrias alimentícias, de bebidas, combustíveis e de construção civil.

Tabela 5 - Os 10 maiores Municípios, conforme Valor Adicionado - VA do setor Industrial – 2004

Municipio	Valor R$(1.000,00)	Particip (%) VA total	Particip (%) VA dos 10 maiores	Ranking 2004
Maceió	2.993.120	75,07%	79,53%	1
Marechal Deodoro	254.036	6,37%	6,75%	2
São Miguel dos Campos	139.130	3,49%	3,70%	3
Pilar	118.875	2,98%	3,16%	4
Arapiraca	86.299	2,16%	2,29%	5
Delmiro Gouveia	64.982	1,63%	1,73%	6
Rio Largo	52.028	1,30%	1,38%	7
Palmeira dos Índios	22.218	0,56%	0,59%	8
Coruripe	16.604	0,42%	0,44%	9
Santa Luzia do Norte	16.285	0,41%	0,43%	10
VA Estadual	**3.987.074**			
VA 10 maiores municípios	**3.763.577**			
Participação10 maiores municípios		**94,39%**		
VA demais Municípios	**223.497**			
Participação demais Municípios		**5,61%**		

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN
Nota: Dados sujeitos à revisão

Destaca-se ainda na Indústria alagoana as grandes unidades agroindústrias (Usinas de Açúcar e Álcool), além de outras unidades de beneficiamento de frutas assim como Cooperativas Agropecuárias.

Marechal Deodoro contempla um relevante pólo cloroquímico, ademais Pilar e Coruripe também têm atuação na produção de gás natural.

Maceió ocupa a 41ª posição em relação ao VAB da indústria brasileira , com participação relativa de 0,41%, segundo o IBGE(2004).

Quadro 2 - Valor Adicionado da Industria, em R$ milhão, segundo Estados do Nordeste 2003-04 e variação (%)

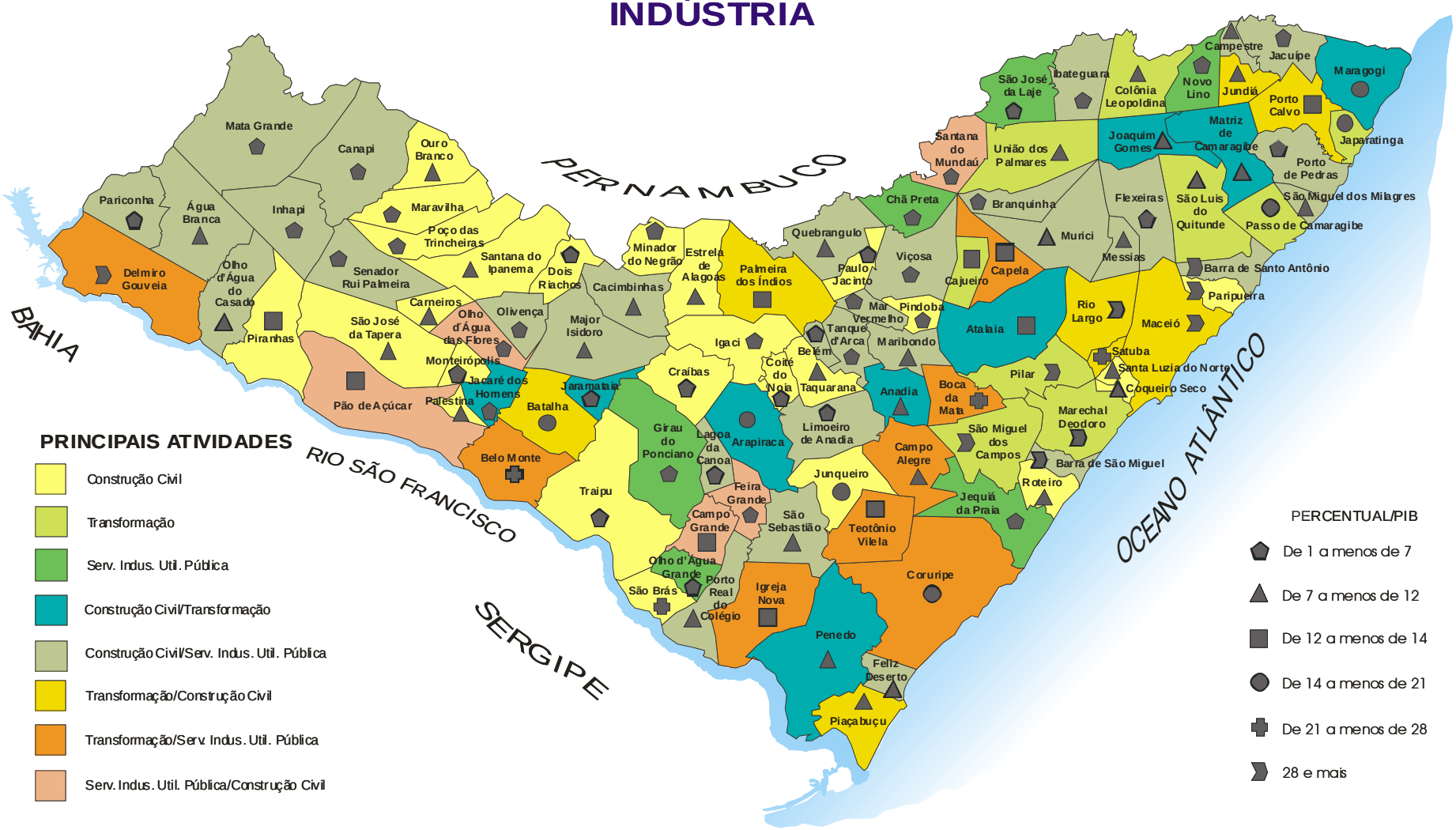
NE e Estados	2003	2004	Δ %
Nordeste	79.499	93.406	17,49
Maranhão	3.437	3.943	14,72
Piauí	1.874	2.185	16,62
Ceará	9.935	11.788	18,65
Rio Grande do Norte	5.355	6.516	21,68
Paraíba	4.488	4.618	2,89
Pernambuco	12.729	14.667	15,23
Alagoas	3.601	3.987	10,72
Sergipe	6.099	6.689	9,67
Bahia	31.981	39.013	21,99

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN
Nota: Dados sujeitos à revisão

No Nordeste, os Estados detentores dos maiores VA´s no setor Industrial no ano de 2004 foram respectivamente:Ceará, Bahia e Pernambuco.

Bahia obteve um acréscimo de 21,99% no seu Valor Adicionado da Indústria no biênio 2003/2004, destacando-se principalmente por seu rico parque industrial(sobretudo no setor de automóveis). O Estado de Pernambuco apresentou um aumento de 15,23% em seu VA da Indústria no mesmo período, sobressaindo-se principalmente na produção da cana-de-açúcar, Álcool, Petróleo e produtos químicos. Ceará contemplou uma participação de 12,62% no Setor Industrial do Nordeste no ano de 2004, variou positivamente em 18,65% , em relação ao ano anterior, afetado principalmente pela atividade Alimentos e Bebidas e Calçados e Couros que cresceram respectivamente 12,9 e 16,5%

INDÚSTRIA


PERNAMBUCO
BAHIA
SERGIPE
RIO SÃO FRANCISCO
OCEANO ATLÂNTICO
Mata Grande
Canapi
Ouro Branco
Pariconha
Água Branca
Inhapi
Maravilha
Poço das Trincheiras
Santana do Ipanema
Dois Riachos
Minador do Negrão
Estrela de Alagoas
Palmeira dos Índios
Quebrangulo
Paulo Jacinto
Viçosa
Cajueiro
Capela
Chã Preta
Santana do Mundaú
São José da Laje
Ibateguara
Colônia Leopoldina
Novo Lino
Campestre
Jacuípe
Jundiá
Maragogi
Porto Calvo
Japaratinga
Matriz de Camaragibe
Joaquim Gomes
União dos Palmares
Porto de Pedras
São Miguel dos Milagres
Passo de Camaragibe
São Luis do Quitunde
Flexeiras
Branquinha
Murici
Messias
Barra de Santo Antônio
Paripueira
Rio Largo
Maceió
Atalaia
Pindoba
Mar Vermelho
Tanque d'Arca
Maribondo
Satuba
Santa Luzia do Norte
Coqueiro Seco
Pilar
Marechal Deodoro
Boca da Mata
Anadia
Delmiro Gouveia
Olho d'Água do Casado
Senador Rui Palmeira
Carneiros
Olho d'Água das Flores
Olivença
Cacimbinhas
Major Isidoro
Piranhas
São José da Tapera
Monteirópolis
Jacaré dos Homens
Palestina
Pão de Açúcar
Batalha
Jaramataia
Igaci
Craíbas
Coité do Noia
Belém
Taquarana
Limoeiro de Anadia
Arapiraca
Lagoa da Canoa
Girau do Ponciano
Belo Monte
Traipu
Feira Grande
Campo Grande
São Sebastião
Junqueiro
Campo Alegre
São Miguel dos Campos
Barra de São Miguel
Roteiro
Jequiá da Praia
Teotônio Vilela
Olho d'Água Grande
São Brás
Porto Real do Colégio
Igreja Nova
Coruripe
Penedo
Feliz Deserto
Piaçabuçu
PRINCIPAIS ATIVIDADES
Construção Civil
Transformação
Serv. Indus. Util. Pública
Construção Civil/Transformação
Construção Civil/Serv. Indus. Util. Pública
Transformação/Construção Civil
Transformação/Serv. Indus. Util. Pública
Serv. Indus. Util. Pública/Construção Civil
PERCENTUAL/PIB
De 1 a menos de 7
De 7 a menos de 12
De 12 a menos de 14
De 14 a menos de 21
De 21 a menos de 28
28 e mais

3) Setor Serviços

Dentre as estruturas setoriais do Produto Interno Bruto, o setor de **serviços** foi o que obteve o melhor resultado.

Atualmente, este setor é composto por diversos subsetores dentre os quais destacam-se: Administração Pública, Transportes (terrestre, aéreo e hidroviário), Comércio (atacadista e varejista), Alimentação e Alojamento, Comunicações, Atividades Imobiliárias, Serviços Prestados às Empresas e Serviços Financeiros.

No ano de 2004, essa atividade contemplou 55,83% do VAB – Valor Adicionado Bruto Estadual.

Analisando os subsetores da atividade econômica de Serviços, os dados do MTE/RAIS(2004) também ratificam a informação de que o Setor de Administração Pública no Estado de Alagoas, foi o setor que apresentou o melhor desempenho , indicando uma variação relativa de 17,6% concernente ao número de empregos formais , em relação à 2003. Estes números representam um aumento de 17,8 mil postos de trabalho.

O comércio também apresentou nesse mesmo período, segundo o MTE/ RAIS variação positiva na ordem de 7,9% em relação ao número de empregos formais no setor.

Na tabela 6 destacamos os dez maiores Municípios, conforme Valor Adicionado do segmento de Serviços.

Vale frisar que no âmbito do setor de serviços, a Administração pública (APU) foi predominante em 80% dos municípios alagoanos, conforme podemos visualizar no gráfico 3.

Tabela 6 - Os 10 maiores Municípios, conforme Valor Adicionado - VA do setor de Serviços – 2004

Municipios	Valor R$(1.000,00)	Particip (%) VA total	Particip (%) VA dos 10 maiores	Ranking 2004
Maceió	3.202.214	53,05%	76,03%	1
Arapiraca	312.189	5,17%	7,41%	2
Palmeira dos Índios	105.936	1,76%	2,52%	3
Penedo	95.862	1,59%	2,28%	4
Rio Largo	95.178	1,58%	2,26%	5
São Miguel dos Campos	92.562	1,53%	2,20%	6
Marechal Deodoro	90.165	1,49%	2,14%	7
União dos Palmares	75.314	1,25%	1,79%	8
Coruripe	72.092	1,19%	1,71%	9
Delmiro Gouveia	70.466	1,17%	1,67%	10

VA Estadual	**6.035.914**	
VA 10 maiores municípios	**4.211.979**	
Participação10 maiores municípios		**69,78%**
VA demais Municípios	**1.823.934**	
Participação demais Municípios		**30,22%**

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN

Nota: Dados sujeitos à revisão

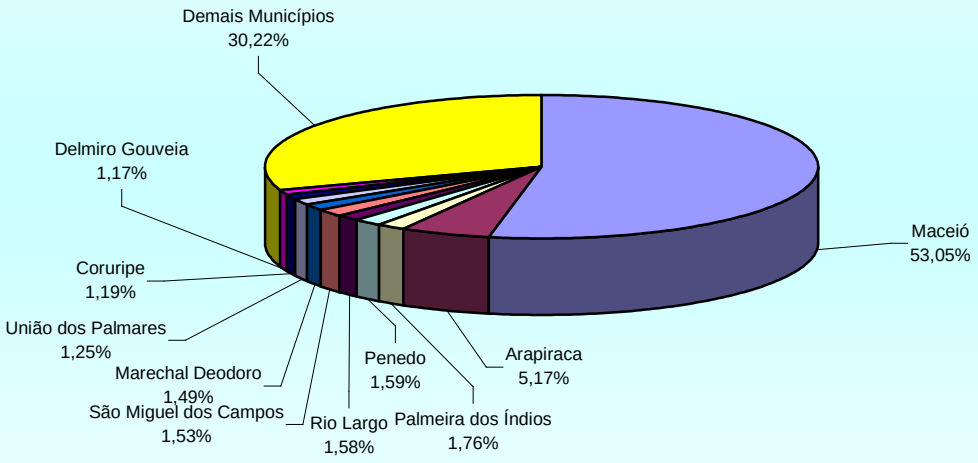
A atividade de Administração Pública abrange os serviços de regulação dos agentes econômicos e a produção de serviços de segurança, defesa civil, justiça, saúde, educação pública, ofertados à sociedade.

No geral, a característica mais marcante no setor de serviços é a predominância do comércio atacadista/varejista de combustíveis, gás liquefeito de petróleo (GLP), bebidas, produtos alimentícios e mercadorias em geral.

Outrossim, podemos destacar ainda outras atividades relevantes, como o comércio de:

- produtos químicos (Marechal Deodoro e Maceió);
- fumo beneficiado (Arapiraca e Maceió);
- beneficiamento de frutas (Cooperativas de produção agropecuárias)
- pescados e frutos do mar (Coruripe);
- tecidos (Delmiro Gouveia);
- beneficiamento da cana de açúcar – (Usinas sucroalcooleiras);

GRÁFICO 5 - Os 10 maiores VAS dos Serviços com suas participações (%) no Total Estadual



Conforme analisamos o gráfico acima, a capital alagoana Maceió contempla participação relevante na composição do VAB de serviços, sobretudo porque têm na atividade de comércio, a participação de empresas importantes para a dinâmica de sua economia, principalmente no setor de produção de açúcar e álcool, combustíveis em geral, produtos alimentícios, além de empresas farmacêuticas e de cigarros.

Por ser a capital do Estado, ela também apresenta um comércio mais variado, abrangendo assim, artigos de informática, vestuários, médicos, ortopédicos, ferragens, ferramentas e produtos metalúrgicos.

Em relação ao Nordeste, conforme ilustramos no quadro 03, Alagoas apresenta no ano de 2004, uma participação relativa de 5,24% no Valor Adicionado de Serviços, em relação aos demais Estados.

Quadro 3 - Valor Adicionado dos Serviços, em R$ milhão, segundo Estados do Nordeste 2003-04 e variação (%)

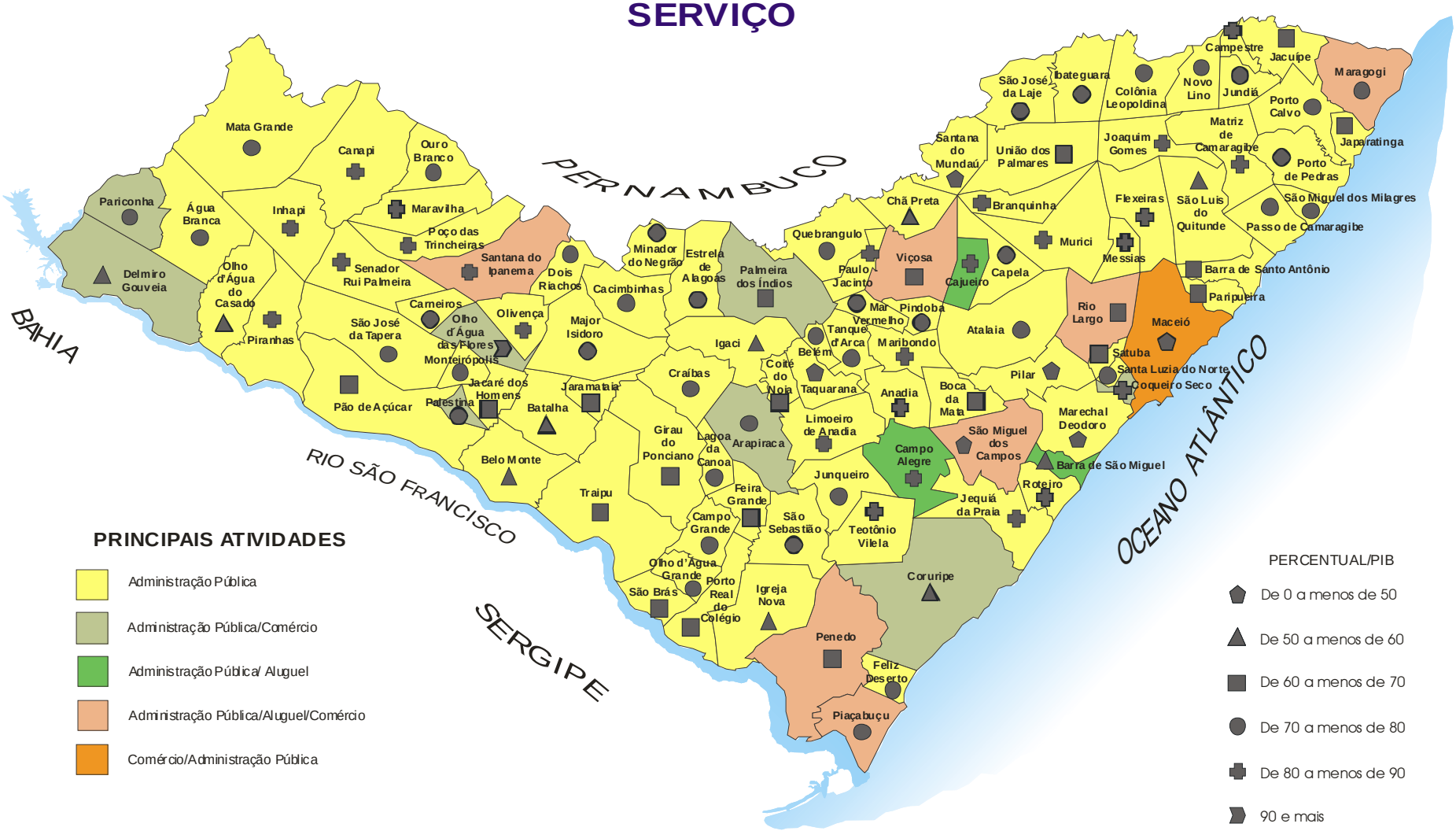
NE e Estados	2003	2004	Δ %
Nordeste	109.799	115.257	4,97
Maranhão	7.053	8.441	19,67
Piauí	4.153	4.826	16,21
Ceará	17.928	17.648	-1,56
Rio Grande do Norte	6.324	7.371	16,56
Paraíba	6.750	7.878	16,71
Pernambuco	29.915	25.405	-15,01
Alagoas	5.398	6.036	11,82
Sergipe	4.182	4.842	15,78
Bahia	28.096	32.809	16,78

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN
Nota: Dados sujeitos à revisão

O segmento de Serviços no nordeste apresentou os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará como os entes federados que demonstraram as melhores dinâmicas na região. Juntos esses estados participam com 65,82% de todo o Valor Adicionado do Nordeste.

Alagoas ocupa o 7º lugar no ranking dos Estados do Nordeste em relação ao Valor Adicionado de Serviços, nesse mesmo período.

SERVIÇO


PERNAMBUCO
BAHIA
SERGIPE
RIO SÃO FRANCISCO
OCEANO ATLÂNTICO
Mata Grande
Canapi
Ouro Branco
Pariconha
Água Branca
Inhapi
Maravilha
Poço das Trincheiras
Delmiro Gouveia
Olho d'Água do Casado
Senador Rui Palmeira
Santana do Ipanema
Dois Riachos
Minador do Negrão
Estrela de Alagoás
Palmeira dos Índios
Cacimbinhas
Carneiros
Olivença
Piranhas
São José da Tapera
Olho d'Água das Flores
Monteirópolis
Major Isidoro
Jacaré dos Homens
Jaramataia
Pão de Açúcar
Palestina
Batalha
Belo Monte
Igaci
Craíbas
Girau do Ponciano
Lagoa da Canoa
Arapiraca
Traipu
Feira Grande
Campo Grande
Olho d'Água Grande
São Brás
Porto Real do Colégio
Igreja Nova
Quebrangulo
Paulo Jacinto
Viçosa
Cajueiro
Capela
Chã Preta
Branquinha
Santana do Mundaú
União dos Palmares
Joaquim Gomes
Flexeiras
Murici
Messias
São José da Laje
Ibateguara
Colônia Leopoldina
Novo Lino
Campestre
Jacuípe
Jundiá
Maragogi
Porto Calvo
Matriz de Camaragibe
Japaratinga
Porto de Pedras
São Luís do Quitunde
São Miguel dos Milagres
Passo de Camaragibe
Barra de Santo Antônio
Paripueira
Maceió
Rio Largo
Satuba
Santa Luzia do Norte
Coqueiro Seco
Pindoba
Mar Vermelho
Tanque d'Arca
Maribondo
Atalaia
Pilar
Boca da Mata
Marechal Deodoro
Anadia
Coité do Noia
Taquarana
Belém
Limoeiro de Anadia
Campo Alegre
São Miguel dos Campos
Barra de São Miguel
Roteiro
Junqueiro
Jequiá da Praia
São Sebastião
Teotônio Vilela
Coruripe
Penedo
Feliz Deserto
Piaçabuçu
PRINCIPAIS ATIVIDADES
Administração Pública
Administração Pública/Comércio
Administração Pública/ Aluguel
Administração Pública/Aluguel/Comércio
Comércio/Administração Pública
PERCENTUAL/PIB
De 0 a menos de 50
De 50 a menos de 60
De 60 a menos de 70
De 70 a menos de 80
De 80 a menos de 90
90 e mais

IMPOSTOS

Na mensuração do Produto Interno Bruto Municipal a preços de mercado corrente, os impostos indiretos, estão intrínsecos, representando em 2004 o valor de R$ 1,035 bilhões de reais.

O ICMS e ISS arrecadado em Alagoas tiveram uma relevância na composição desse valor no Estado constituindo uma participação nos Impostos na ordem de 91,89% e 4,91% respectivamente.

Em Alagoas o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços -ICMS e o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza(ISSQN) obtiveram entre os anos de 2003 e 2004, evoluções significativas que refletiram no acréscimo respectivamente de 41,31% e 11,91%, desses impostos.

No tocante ao ICMS, podemos destacar que no Estado de Alagoas, caracteriza-se por ser um dos principais impostos, sobretudo em termos de volume arrecadado.

No ano de 2004, Alagoas apresentou uma arrecadação de ICMS concentrada em apenas seis municípios alagoanos (Maceió, Pilar, Marechal Deodoro, Arapiraca, São Miguel dos Campos e Rio Largo). Somados esses municípios foram responsáveis por 93,55% da Arrecadação do ICMS no Estado.

TABELAS DE RESULTADOS

TABELA I - Valor Adicionado dos municípios alagoano, por setor de atividade - 2001 à 2004

(continua)

Nome do Município	2001			2002			2003			2004		
	VA(R$1.000)			VA(R$1.000)			VA(R$1.000)			VA(R$1.000)		
	Agr.	Ind.	Ser.	Agr.	Ind.	Ser.	Agr.	Ind.	Ser.	Agr.	Ind.	Ser.
Água Branca	5.713	1.307	23.209	5.866	1.451	25.905	6.552	2.080	20.858	6.009	2.345	22.981
Anadia	1.301	647	22.576	1.207	947	25.128	1.221	1.718	21.357	1.570	1.824	21.565
Arapiraca	49.281	39.732	255.531	38.228	56.431	289.524	46.143	75.049	364.670	55.820	86.299	312.189
Atalaia	8.056	3.433	49.925	1.745	6.165	56.564	8.959	8.685	48.164	10.856	5.620	51.112
Barra de Santo Antônio	1.414	968	14.793	1.797	1.238	16.615	7.104	1.741	15.579	8.373	1.412	18.014
Barra de São Miguel	789	3.192	10.478	807	9.495	12.154	888	10.296	12.582	1.022	5.758	13.139
Batalha	11.003	3.597	22.136	13.115	4.445	24.660	8.826	6.650	20.796	9.755	6.724	23.168
Belém	8.178	186	8.700	1.514	246	8.704	1.737	413	6.773	2.065	271	5.867
Belo Monte	5.991	2.528	9.217	4.207	2.717	10.006	3.273	4.015	8.232	5.055	4.705	9.573
Boca da Mata	1.387	2.172	37.988	1.333	5.167	43.523	6.619	9.061	25.627	6.237	11.672	35.470
Branquinha	1.538	236	13.831	1.617	324	16.035	1.759	546	12.224	2.679	303	13.366
Cacimbinhas	4.581	663	12.225	3.768	758	13.531	3.363	1.044	10.545	4.100	1.123	11.191
Cajueiro	1.448	2.551	23.166	1.410	2.764	25.782	1.848	3.709	22.198	1.916	3.517	20.497
Campestre	1.852	371	9.378	1.027	436	10.399	990	631	6.449	708	543	6.401
Campo Alegre	1.201	3.383	43.592	1.181	3.912	48.825	1.217	6.014	45.432	3.383	4.083	48.821
Campo Grande	1.563	777	11.092	1.308	1.115	12.321	1.461	1.794	10.296	1.532	1.493	11.056
Canapi	5.139	504	18.208	3.931	631	20.791	2.852	841	16.326	3.274	909	15.758
Capela	2.149	2.592	22.218	1.909	2.892	25.749	2.465	3.766	22.765	1.380	3.641	24.299
Carneiros	848	632	8.269	1.837	704	9.473	1.197	932	7.795	1.939	1.230	8.760
Chã Preta	6.560	136	10.238	6.831	194	11.575	7.226	310	9.239	5.650	169	9.733
Coité do Nóia	4.308	659	14.919	3.225	751	16.518	5.769	1.006	14.051	3.952	1.193	15.009
Colônia Leopoldina	3.397	1.463	22.954	3.447	1.563	26.473	3.891	3.037	22.566	4.026	3.676	23.060
Coqueiro Seco	856	376	7.075	772	441	7.847	1.047	643	6.841	1.163	899	7.740
Coruripe	54.691	14.678	67.803	43.381	19.204	76.986	50.430	22.152	71.549	46.822	16.604	72.092
Craíbas	8.649	1.176	23.632	9.852	1.471	26.865	5.610	1.891	23.783	9.960	3.053	26.508
Delmiro Gouveia	2.897	41.528	60.774	4.689	46.430	70.605	3.784	63.073	67.334	4.936	64.982	70.466
Dois Riachos	3.606	428	13.099	3.131	539	14.904	2.473	793	12.631	3.523	804	11.283
Estrela de Alagoas	4.923	750	17.929	4.031	1.646	19.885	4.614	2.227	16.977	5.275	1.472	18.434
Feira Grande	13.817	957	26.128	10.796	2.586	28.802	12.690	1.036	24.711	12.472	1.124	26.856
Feliz Deserto	948	360	5.392	1.014	441	6.049	862	702	5.345	1.182	494	5.682
Flexeiras	1.702	454	14.715	1.583	551	16.547	1.618	870	13.501	1.525	1.034	14.306
Girau do Ponciano	21.868	605	43.574	20.945	840	49.663	16.461	1.349	35.930	16.589	2.032	37.312
Ibateguara	12.090	707	18.380	12.760	1.261	20.517	4.869	1.307	15.437	4.730	1.446	17.115
Igaci	20.769	1.064	31.879	11.851	1.302	34.364	19.526	1.907	29.878	15.816	2.674	32.131
Igreja Nova	15.030	2.481	27.945	16.366	3.866	31.167	14.085	5.677	25.499	16.854	3.636	28.912
Inhapi	3.528	578	19.177	3.203	729	21.488	2.368	1.030	18.002	2.777	1.279	17.937
Jacaré dos Homens	5.266	598	8.355	3.320	723	9.186	4.098	857	8.775	4.341	820	8.178
Jacuípe	5.691	219	11.897	3.007	278	13.010	3.170	439	7.734	3.422	505	8.435
Japaratinga	2.829	5.987	9.576	2.319	6.787	10.591	2.066	3.017	10.379	2.301	1.083	10.828
Jaramataia	4.674	291	8.621	5.799	418	9.774	3.516	608	7.664	5.559	690	8.313
Jequiá da Praia	1.014	126	14.977	1.075	21	16.791	1.351	474	13.844	10.884	203	16.071
Joaquim Gomes	2.555	1.557	23.689	2.560	1.919	27.340	2.742	2.187	23.362	2.814	2.261	23.500
Jundiá	1.522	783	5.989	1.150	717	6.727	918	785	5.523	4.048	392	5.954
Junqueiro	1.987	2.751	29.298	1.872	4.077	32.955	2.623	5.205	28.972	1.784	3.685	28.797
Lagoa da Canoa	8.141	819	24.089	7.825	1.051	26.802	6.406	1.414	23.561	6.614	1.978	25.474
Limoeiro de Anadia	1.439	693	27.435	1.290	850	30.845	4.625	1.410	26.759	10.499	927	30.419
Maceió	30.582	1.589.443	1.580.565	57.423	2.015.849	1.836.001	39.141	2.687.912	2.611.978	34.297	2.993.120	3.202.214
Major Isidoro	4.833	1.866	22.070	4.023	1.863	24.774	3.369	2.575	21.124	4.777	2.614	22.216
Mar Vermelho	879	337	6.077	1.749	381	7.595	1.858	543	6.172	2.807	631	5.494
Maragogi	6.846	2.479	28.715	4.950	3.238	31.842	5.668	5.838	27.285	8.366	5.697	33.696
Maravilha	2.442	533	15.370	2.255	625	17.459	2.205	873	17.048	2.579	1.026	16.267
Marechal Deodoro	4.052	108.525	59.913	2.403	135.260	69.406	7.884	195.880	72.435	9.477	254.036	90.165
Maribondo	1.143	1.077	19.281	2.582	1.220	22.094	1.471	1.789	23.579	2.917	2.148	19.739
Mata Grande	9.011	989	29.756	8.675	1.232	33.215	9.464	1.818	26.491	9.217	1.937	28.015
Matriz de Camaragibe	3.821	6.743	28.763	2.518	5.898	32.008	2.851	3.880	27.130	3.591	4.110	29.352
Messias	1.089	570	13.941	945	742	15.624	990	1.166	13.285	1.150	3.182	12.777
Minador do Negrão	2.724	387	7.183	2.405	407	8.141	2.198	567	6.365	2.480	582	6.556

TABELA I - Valor Adicionado dos municípios alagoano, por setor de atividade - 2001 à 2004

(conclusão)

Nome do Município	2001			2002			2003			2004		
	VA(R$1.000)			VA(R$1.000)			VA(R$1.000)			VA(R$1.000)		
	Agr.	Ind.	Ser.	Agr.	Ind.	Ser.	Agr.	Ind.	Ser.	Agr.	Ind.	Ser.
Monteirópolis	2.000	385	8.766	2.888	451	9.967	1.726	628	8.053	6.088	855	9.211
Murici	3.548	1.342	28.871	2.475	2.551	32.673	2.458	2.487	26.430	2.681	3.619	28.383
Novo Lino	2.559	242	13.196	2.396	352	15.080	2.717	603	11.653	3.000	514	11.559
Olho d'Água das Flores	2.605	1.325	25.354	1.899	1.730	28.673	2.382	2.913	49.553	5.374	2.951	30.824
Olho d'Água do Casado	11.668	748	10.130	12.873	820	11.439	5.667	1.055	9.310	2.791	1.428	9.700
Olho d'Água Grande	1.514	48	6.026	1.599	77	6.771	1.766	172	6.056	1.659	192	6.513
Olivença	1.957	293	11.646	1.632	337	13.208	1.467	528	10.748	7.306	747	12.563
Ouro Branco	3.640	742	13.247	1.673	831	14.708	1.955	1.115	11.401	4.754	1.292	12.641
Palestina	700	424	5.675	660	480	6.305	920	645	5.750	873	806	4.861
Palmeira dos Índios	42.127	11.870	96.195	34.819	13.473	109.260	44.626	18.973	100.594	42.740	22.218	105.936
Pão de Açúcar	4.275	2.645	27.889	4.789	3.471	31.788	7.999	5.485	29.227	8.326	3.698	31.363
Pariconha	3.531	595	11.335	3.116	617	12.552	3.453	625	11.667	3.162	792	12.291
Paripueira	1.429	4.163	11.572	832	7.659	12.876	1.141	5.822	12.199	969	9.209	12.142
Passo de Camaragibe	2.686	2.165	16.772	2.075	2.942	18.994	2.131	3.542	16.065	2.412	3.373	16.450
Paulo Jacinto	764	351	9.498	1.009	422	10.688	1.456	606	8.906	2.533	896	9.532
Penedo	37.032	9.642	83.825	37.538	10.856	94.939	40.770	10.783	88.321	39.156	10.723	95.862
Piaçabuçu	3.901	1.706	22.900	5.059	2.043	25.657	4.234	2.964	21.236	4.385	3.215	22.743
Pilar	842	46.813	43.785	834	50.827	49.526	7.636	105.125	53.748	8.405	118.875	61.078
Pindoba	1.260	106	4.481	1.299	131	5.112	1.241	202	3.792	1.209	223	3.806
Piranhas	2.039	2.421	22.873	2.274	2.111	25.691	1.759	3.683	25.292	3.967	2.900	26.905
Poço das Trincheiras	2.495	330	15.754	2.525	410	17.765	2.505	613	14.269	2.331	645	15.270
Porto Calvo	6.529	3.352	32.156	4.965	4.862	37.987	7.625	6.272	34.490	7.475	4.542	34.060
Porto de Pedras	4.913	292	12.835	3.352	389	14.209	3.891	628	11.634	4.403	583	10.720
Porto Real do Colégio	7.732	1.369	23.502	11.176	1.795	26.481	9.965	2.880	20.673	10.015	2.106	23.877
Quebrangulo	1.490	998	14.570	1.641	1.291	16.487	2.060	1.984	13.718	2.907	1.984	14.755
Rio Largo	2.925	31.964	83.247	2.966	35.270	94.707	3.150	44.891	92.557	2.206	52.028	95.178
Roteiro	475	435	7.929	430	565	8.882	469	817	6.983	787	609	7.460
Santa Luzia do Norte	1.263	5.202	9.364	1.890	7.629	10.665	1.843	828	8.915	1.638	16.285	11.771
Santana do Ipanema	8.777	3.483	55.477	6.745	4.157	59.736	8.023	5.606	59.631	11.108	7.098	61.833
Santana do Mundaú	22.221	318	15.527	17.826	405	20.176	18.793	658	12.035	17.901	427	13.473
São Brás	1.591	982	9.598	2.535	1.575	11.026	1.352	2.889	7.921	1.885	1.350	7.222
São José da Laje	6.573	882	28.954	4.962	995	31.639	5.727	1.649	25.797	5.450	989	21.726
São José da Tapera	5.687	1.796	33.427	5.537	2.005	37.748	5.384	2.690	29.230	5.986	3.677	26.135
São Luís do Quitunde	31.241	2.139	39.579	30.311	2.757	44.291	22.439	4.366	38.359	25.160	3.104	39.651
São Miguel dos Campos	4.278	87.110	77.001	3.861	105.251	89.001	4.491	149.006	93.048	4.214	139.130	92.562
São Miguel dos Milagres	2.010	372	8.609	1.568	465	12.838	1.448	733	7.936	1.524	551	8.564
São Sebastião	9.496	1.843	35.757	15.835	2.294	38.574	11.637	3.414	36.920	18.354	3.295	36.251
Satuba	2.202	2.762	15.780	489	4.760	19.727	2.545	6.011	16.783	4.680	2.408	18.386
Senador Rui Palmeira	1.399	169	13.384	1.505	223	15.609	1.453	341	13.215	2.260	447	11.911
Tanque d'Arca	2.095	215	7.735	1.557	284	8.566	1.971	451	6.781	1.880	299	7.140
Taquarana	30.779	723	24.562	4.339	3.777	23.773	20.909	4.236	21.722	21.028	1.487	23.949
Teotônio Vilela	875	5.328	44.634	876	3.739	49.879	1.412	6.292	45.696	1.030	8.418	49.546
Traipu	22.111	1.107	28.385	15.603	1.207	30.793	12.444	1.675	25.762	11.639	1.965	27.773
União dos Palmares	34.150	5.867	75.341	31.862	9.061	85.778	44.974	13.659	87.626	39.430	10.524	75.314
Viçosa	13.543	1.667	34.701	10.619	1.964	39.583	13.226	3.267	34.664	11.924	2.930	36.759

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
Nota: Dados sujeitos à revisão.

TABELA II - Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita* do Estado de Alagoas e Municípios - 2001-2004

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios	Produto Interno Bruto							
	2001		2002		2003		2004	
	A preços correntes (1.000 R$)	*Per capita* (R$)	A preços correntes (1.000 R$)	*Per capita* (R$)	A preços correntes (1.000 R$)	*Per capita* (R$)	A preços correntes (1.000 R$)	*Per capita* (R$)
Alagoas	**7 569 188**	**2 631**	**8 767 282**	**3 012**	**10 325 908**	**3 505**	**11 556 232**	**3 877**
Água Branca	31 118	1 660	35 620	1 894	30 030	1 592	32 768	1 732
Anadia	24 966	1 378	29 119	1 593	24 144	1 308	25 200	1 353
Arapiraca	379 490	1 995	435 109	2 259	499 163	2 559	477 205	2 416
Atalaia	61 167	1 495	63 390	1 541	64 216	1 553	67 239	1 617
Barra de Santo Antônio	17 339	1 440	20 990	1 682	24 206	1 873	27 877	2 086
Barra de São Miguel	15 386	2 321	23 626	3 480	19 353	2 784	20 051	2 819
Batalha	35 152	2 327	44 175	2 886	34 765	2 242	38 367	2 443
Belém	17 120	2 892	10 841	1 832	8 842	1 494	8 230	1 390
Belo Monte	17 924	2 644	19 887	2 945	15 340	2 281	19 392	2 896
Boca da Mata	42 853	1 743	52 943	2 134	40 349	1 611	53 323	2 110
Branquinha	15 888	1 340	19 213	1 576	14 458	1 154	16 370	1 272
Cacimbinhas	17 918	1 942	23 006	2 551	14 974	1 700	16 501	1 919
Cajueiro	27 253	1 431	30 978	1 623	27 600	1 443	26 197	1 367
Campestre	11 646	2 030	12 821	2 363	8 206	1 606	7 853	1 637
Campo Alegre	48 415	1 159	57 533	1 362	52 448	1 227	56 498	1 307
Campo Grande	13 558	1 511	16 227	1 829	13 091	1 493	14 151	1 632
Canapi	23 990	1 402	25 289	1 491	19 807	1 178	19 815	1 189
Capela	26 640	1 426	32 708	1 752	27 753	1 487	28 448	1 525
Carneiros	9 798	1 453	12 834	1 875	9 871	1 422	11 965	1 698
Chã Preta	17 077	2 222	21 081	2 761	16 745	2 207	15 609	2 071
Coité do Nóia	20 014	1 617	21 888	1 734	20 749	1 612	20 196	1 539
Colônia Leopoldina	27 895	1 583	38 830	2 193	29 242	1 643	30 664	1 715
Coqueiro Seco	8 472	1 631	10 583	2 022	8 468	1 606	9 829	1 850
Coruripe	142 308	3 203	163 509	3 683	140 550	3 169	137 654	3 106
Craíbas	33 485	1 571	42 761	1 976	31 637	1 439	39 579	1 774
Delmiro Gouveia	109 412	2 526	124 047	2 851	132 420	3 030	139 952	3 187
Dois Riachos	17 188	1 528	19 319	1 699	15 837	1 379	15 692	1 352
Estrela de Alagoas	23 816	1 446	28 022	1 692	22 798	1 370	25 243	1 509
Feira Grande	40 911	1 889	49 771	2 272	37 988	1 714	40 225	1 795
Feliz Deserto	6 830	1 749	9 871	2 499	6 802	1 703	7 393	1 830
Flexeiras	17 102	1 430	23 512	1 968	15 883	1 331	16 954	1 423
Girau do Ponciano	65 423	2 189	72 420	2 407	52 096	1 720	54 984	1 808
Ibateguara	31 266	2 082	38 706	2 588	21 459	1 440	23 409	1 577
Igaci	54 017	2 119	62 320	2 451	51 165	2 017	50 396	1 992
Igreja Nova	45 592	2 098	60 840	2 777	44 663	2 022	49 642	2 229
Inhapi	23 434	1 281	25 539	1 371	21 361	1 127	22 115	1 146
Jacaré dos Homens	14 265	2 422	14 383	2 397	15 903	2 603	14 370	2 310
Jacuípe	17 817	2 446	17 393	2 394	11 372	1 569	12 415	1 718
Japaratinga	18 730	2 743	21 624	3 179	15 376	2 268	14 286	2 115
Jaramataia	13 867	2 297	17 660	2 851	11 855	1 866	14 641	2 248
Jequiá da Praia	16 258	1 262	20 996	1 628	16 399	1 271	28 074	2 174
Joaquim Gomes	28 262	1 345	38 509	1 860	28 175	1 381	28 788	1 433
Jundiá	8 386	1 890	12 203	2 851	7 189	1 744	10 436	2 631
Junqueiro	34 097	1 414	38 668	1 592	34 775	1 421	33 953	1 377
Lagoa da Canoa	33 227	1 605	38 096	1 800	31 308	1 448	34 202	1 549
Limoeiro de Anadia	29 416	1 172	35 019	1 365	32 322	1 234	41 649	1 558
Maceió	3 501 799	4 233	4 050 592	4 787	5 885 496	6 802	6 749 339	7 632
Major Isidoro	28 703	1 621	36 312	2 046	26 549	1 492	29 474	1 653
Mar Vermelho	7 409	1 808	11 002	2 677	8 554	2 075	8 965	2 167
Maragogi	40 382	1 772	45 434	1 942	39 039	1 626	48 804	1 983
Maravilha	41 442	2 941	23 591	1 644	20 525	1 405	19 720	1 326
Marechal Deodoro	195 677	5 176	222 215	5 692	298 331	7 405	396 813	9 553
Maribondo	21 137	1 393	27 437	1 806	27 111	1 782	24 429	1 603

TABELA II - Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita* do Estado de Alagoas e Municípios - 2001-2004

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios	Produto Interno Bruto							
	2001		2002		2003		2004	
	A preços correntes (1.000 R$)	*Per capita* (R$)	A preços correntes (1.000 R$)	*Per capita* (R$)	A preços correntes (1.000 R$)	*Per capita* (R$)	A preços correntes (1.000 R$)	*Per capita* (R$)
Mata Grande	38 442	1 551	45 021	1 829	36 415	1 489	38 072	1 567
Matriz de Camaragibe	39 895	1 627	49 026	1 974	33 648	1 337	37 455	1 469
Messias	15 860	1 296	18 487	1 491	19 955	1 589	17 196	1 352
Minador do Negrão	10 342	2 054	12 446	2 591	9 064	1 983	9 651	2 226
Monteirópolis	11 189	1 505	14 898	1 972	10 344	1 347	16 201	2 076
Murici	33 628	1 403	39 981	1 701	30 729	1 333	34 401	1 523
Novo Lino	16 112	1 671	24 696	2 692	16 509	1 897	16 216	1 970
Olho d'Água das Flores	28 841	1 437	35 302	1 722	59 928	2 864	45 978	2 154
Olho d'Água do Casado	22 713	3 167	26 430	3 649	16 059	2 195	13 985	1 892
Olho d'Água Grande	7 777	1 580	12 838	2 582	7 951	1 584	8 435	1 664
Olivença	14 006	1 345	16 552	1 586	12 724	1 216	20 704	1 973
Ouro Branco	17 865	1 751	18 466	1 795	14 441	1 393	19 075	1 825
Palestina	6 889	1 472	8 329	1 743	7 266	1 489	6 561	1 317
Palmeira dos Índios	154 537	2 258	188 441	2 743	164 124	2 380	171 275	2 475
Pão de Açúcar	34 633	1 394	42 026	1 670	40 996	1 608	43 060	1 668
Pariconha	15 637	1 506	18 481	1 749	15 684	1 458	16 315	1 490
Paripueira	17 399	2 109	24 117	2 879	16 828	1 979	22 419	2 597
Passo de Camaragibe	22 441	1 639	25 889	1 895	21 673	1 591	22 495	1 656
Paulo Jacinto	10 833	1 435	12 266	1 616	10 949	1 435	13 055	1 701
Penedo	129 880	2 246	153 209	2 625	138 158	2 346	141 564	2 382
Piaçabuçu	28 576	1 706	37 814	2 260	27 902	1 669	30 193	1 808
Pilar	91 521	2 902	103 364	3 255	166 764	5 215	281 000	8 727
Pindoba	5 882	2 114	7 781	2 893	5 206	2 005	5 251	2 097
Piranhas	28 400	1 354	32 173	1 489	30 570	1 375	34 218	1 497
Poço das Trincheiras	18 628	1 377	22 321	1 627	17 320	1 245	18 300	1 297
Porto Calvo	41 524	1 717	53 192	2 187	46 556	1 903	44 943	1 826
Porto de Pedras	18 212	1 760	18 372	1 764	16 039	1 529	15 754	1 492
Porto Real do Colégio	32 727	1 770	41 072	2 210	36 146	1 936	38 461	2 050
Quebrangulo	16 968	1 415	22 294	1 851	17 117	1 414	19 470	1 601
Rio Largo	137 818	2 153	145 236	2 235	154 387	2 341	167 147	2 498
Roteiro	9 040	1 309	10 541	1 538	8 139	1 197	8 883	1 316
Santa Luzia do Norte	21 317	3 284	26 323	4 014	16 580	2 503	34 490	5 154
Santana do Ipanema	65 651	1 547	78 860	1 832	71 431	1 637	78 502	1 774
Santana do Mundaú	39 340	3 436	41 115	3 608	31 489	2 776	31 863	2 822
São Brás	12 235	1 856	16 091	2 431	11 131	1 675	10 545	1 580
São José da Laje	36 713	1 756	45 070	2 166	34 367	1 660	30 741	1 493
São José da Tapera	41 473	1 503	48 357	1 752	37 262	1 349	36 175	1 309
São Luís do Quitunde	72 870	2 492	83 813	2 885	64 269	2 227	72 381	2 524
São Miguel dos Campos	204 712	4 755	225 070	5 220	276 916	6 411	264 958	6 124
São Miguel dos Milagres	7 297	1 210	15 742	2 565	9 986	1 599	10 669	1 679
São Sebastião	47 159	1 577	64 388	2 118	51 470	1 666	57 783	1 840
Satuba	21 425	1 630	26 976	1 995	24 676	1 775	25 590	1 792
Senador Rui Palmeira	15 095	1 214	18 982	1 493	14 998	1 153	14 677	1 104
Tanque d'Arca	10 059	1 572	11 501	1 834	9 118	1 484	9 360	1 555
Taquarana	56 197	3 289	34 057	1 990	43 720	2 551	46 297	2 697
Teotônio Vilela	51 202	1 342	63 120	1 620	56 190	1 413	59 257	1 460
Traipu	52 678	2 235	50 823	2 148	39 844	1 678	41 508	1 736
União dos Palmares	113 920	1 936	133 021	2 256	145 280	2 458	126 323	2 133
Viçosa	48 890	1 829	52 447	1 940	48 828	1 786	50 035	1 810

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN

TABELA III - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da administração pública e participações percentuais relativa e acumulada, segundo municípios e Unidades da Federação – 2004

Municípios e Unidades da Federação	Posição ocupada	Valor adicionado bruto (1.000 R$)	Participação percentual	
			Relativa	Acumulada
Brasília/DF	1º	24 901 776	9,98	9,98
Rio de Janeiro/RJ	2º	14 751 449	5,91	15,88
São Paulo/SP	3º	14 366 784	5,76	21,64
Fortaleza/CE	4º	3 017 607	1,21	22,85
Belo Horizonte/MG	5º	3 004 645	1,20	24,05
Porto Alegre/RS	6º	2 435 303	0,98	25,03
Salvador/BA	7º	2 197 687	0,88	25,91
São Gonçalo/RJ	8º	2 006 828	0,80	26,71
Recife/PE	9º	1 979 764	0,79	27,50
Duque de Caxias/RJ	10º	1 912 737	0,77	28,27
Curitiba/PR	11º	1 781 898	0,71	28,98
Nova Iguaçu/RJ	12º	1 778 525	0,71	29,70
Manaus/AM	13º	1 755 968	0,70	30,40
Guarulhos/SP	14º	1 471 756	0,59	30,99
Campinas/SP	15º	1 393 075	0,56	31,55
Goiânia/GO	16º	1 314 265	0,53	32,07
Belém/PA	17º	1 204 768	0,48	32,56
Niterói/RJ	18º	1 136 005	0,46	33,01
Natal/RN	19º	1 077 866	0,43	33,44
São Bernardo do Campo/SP	20º	1 065 319	0,43	33,87
Belford Roxo/RJ	21º	1 010 532	0,40	34,28
São João de Meriti/RJ	22º	987 478	0,40	34,67
Campos dos Goytacazes/RJ	23º	963 711	0,39	35,06
Campo Grande/MS	24º	950 459	0,38	35,44
Macapá/AP	25º	947 437	0,38	35,82
João Pessoa/PB	26º	885 065	0,35	36,17
Maceió/AL	27º	884 684	0,35	36,53
Osasco/SP	28º	820 156	0,33	36,86
Santo André/SP	29º	795 681	0,32	37,17
São José dos Campos/SP	30º	794 349	0,32	37,49

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN

TABELA IV - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto e participações percentuais relativa e acumulada na Região Nordeste, segundo municípios e Unidades da Federação – 2004

Municípios e Unidades da Federaçã	Posição ocupada	Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000 R$)	Participação percentual na Grande Região	
			Relativa	Acumulada
Nordeste				
Camaçari/BA	1º	15 891 624	6,40	6,40
Fortaleza/CE	2º	15 797 377	6,36	12,75
Recife/PE	3º	14 279 476	5,75	18,50
Salvador/BA	4º	14 218 146	5,72	24,23
São Francisco do Conde/BA	5º	9 261 759	3,73	27,95
Maceió/AL	6º	6 749 339	2,72	30,67
São Luís/MA	7º	5 818 521	2,34	33,01
Natal/RN	8º	5 778 300	2,33	35,34
Aracaju/SE	9º	4 190 570	1,69	37,02
João Pessoa/PB	10º	4 001 560	1,61	38,63
Jaboatão dos Guararapes/PE	11º	3 967 613	1,60	40,23
Cabo de Santo Agostinho/PE	12º	3 870 940	1,56	41,79
Teresina/PI	13º	3 766 948	1,52	43,31
Ipojuca/PE	14º	2 871 460	1,16	44,46
Feira de Santana/BA	15º	2 608 660	1,05	45,51
Simões Filho/BA	16º	2 169 767	0,87	46,39
Campina Grande/PB	17º	2 045 531	0,82	47,21
Maracanaú/CE	18º	2 026 388	0,82	48,02
Candeias/BA	19º	1 877 158	0,76	48,78
Ilhéus/BA	20º	1 853 021	0,75	49,53
Canindé de São Francisco/SE	21º	1 746 373	0,70	50,23
Petrolina/PE	22º	1 609 721	0,65	50,88
Mossoró/RN	23º	1 599 988	0,64	51,52
Olinda/PE	24º	1 551 178	0,62	52,14
Catu/BA	25º	1 377 497	0,55	52,70
Caruaru/PE	26º	1 249 820	0,50	53,20
Sobral/CE	27º	1 237 230	0,50	53,70
Dias d'Ávila/BA	28º	1 226 748	0,49	54,19
Luís Eduardo Magalhães/BA	29º	1 106 986	0,45	54,64
Itabuna/BA	30º	1 078 179	0,43	55,07

Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN

TABELA V - Produto Interno bruto a preços correntes, posição segundo Região Nordeste e Capitais do Brasil – 2004

Municípios das Capitais	PIB (R$ 1.000)	Posição em Relação		
		NE	CAPITAIS	U.F
São Paulo (SP)	160.637.533		1º	1º
Rio de Janeiro (RJ)	73.974.912		2º	1º
Brasília (DF)	43.521.629		3º	1º
Manaus (AM)	29.677.838		4º	1º
Belo Horizonte (MG)	24.513.367		5º	1º
Curitiba (PR)	19.109.744		6º	1º
Porto Alegre (RS)	15.944.201		7º	1º
Fortaleza (CE)	15.797.377	1	8º	1º
Recife (PE)	14.279.476	2	9º	1º
Salvador (BA)	14.218.146	3	10º	2º
Vitória (ES)	9.270.129		11º	1º
Goiânia (GO)	8.593.612		12º	1º
Belém (PA)	8.143.653		13º	1º
Maceió (AL)	6.749.339	4	14º	1º
São Luís (MA)	5.818.520	5	15º	1º
Natal (RN)	5.778.300	6	16º	1º
Campo Grande (MS)	5.285.688		17º	1º
Cuiabá (MT)	5.259.815		18º	1º
Florianópolis (SC)	4.283.628		19º	1º
Aracaju (SE)	4.190.570	7	20º	1º
João Pessoa (PB)	4.001.560	8	21º	2º
Teresina (PI)	3.766.948	9	22º	1º
Porto Velho (RO)	2.942.124		23º	1º
Macapá (AP)	2.420.684		24º	1º
Rio Branco (AC)	1.976.494		25º	1º
Boa Vista (RR)	1.307.388		26º	1º
Palmas (TO)	902.962		27º	1º

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/Departamento de Contas Nacionais - DECNA/SEPLAN- CGPLAN

GLOSSÁRIO

atividade econômica - Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

consumo intermediário - Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

dummy Financeiro - Setor fictício que tem produção nula e consumo intermediário igual aos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos.

impostos sobre produtos - Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

população residente - 1. *(Censo Demográfico 2000, Contagem da População 1996)* Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data. **2.** *(Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio)* Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

produto interno bruto - Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção - o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados mais o total

dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos - Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

valor adicionado - Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

FONTE DOS DADOS

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

DAC – Departamento de Aviação Civil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAM – Produção Agrícola Municipal

PPM – Pesquisa de Pecuária Municipal

RAIS – Relação Anual das Informações Sociais

ARSAL – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas

CEAL – Companhia Energética do Estado de Alagoas

SEFAZ/AL – Secretaria Executiva da Fazenda do Estado de Alagoas

TCE/AL – Tribunal de Contas do Estado de Alagoas

ALGÁS - Gás de Alagoas S.A.

CASAL – Companhia de Abastecimento D´água e Saneamento do Estado de Alagoas

ANTAQ –Agência Nacional de Transporte Aquaviário

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

CHESF- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

BRASKEM

SRF – Secretaria da Receita Federal